

Relatório de  
Atividades da  
Auditoria Interna

**RAINT 2015**  
**AUDIN**

**226**

**NORTE**



 **TRENSURB**

 **TRENSURB**

Ministério das  
Cidades

GOVERNO FEDERAL  
**BRASIL**  
PÁTRIA EDUCADORA

## ÍNDICE

<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	4
<b>1 AÇÕES DE AUDITORIA INTERNA</b> .....	5
<b>2 CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES OU DETERMINAÇÕES DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE INTERNO E EXTERNO</b> .....	7
2.1 RECOMENDAÇÕES DA CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO (CGU).....	7
2.2 DETERMINAÇÕES/SOLICITAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU) .....	9
2.3 RECOMENDAÇÕES DA PRÓPRIA AUDIN .....	10
2.4 DECISÕES E RECOMENDAÇÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, CONSELHO FISCAL E OUTROS ÓRGÃOS DE REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA ATIVIDADE DA ENTIDADE .....	23
2.4.1 Conselho de Administração (CONSAD).....	23
2.4.2 Conselho Fiscal (CONFIS).....	24
2.4.3 Auditoria externa (Maciel Auditores S/S).....	25
2.5 DEMANDAS RECEBIDAS PELA CENTRAL DE ATENDIMENTO AO USUÁRIO ..	27
2.6 DENÚNCIAS RECEBIDAS DIRETAMENTE PELA ENTIDADE .....	29
2.7 OBRIGAÇÕES LEGAIS EM RELAÇÃO ÀS ENTIDADES DE PREVIDÊNCIA PRIVADA .....	29
2.7.1 Identificação da entidade.....	29
2.7.2 Identificação do plano de benefícios .....	29
2.7.3 Quadro demonstrativo (jan./2015 a dez./2015) .....	30
2.7.4 Discriminação da razão ou motivo de repasse de recursos que não sejam contribuições	30
2.7.5 Saldo das aplicações (dez./2015).....	30
2.7.6 Manifestação da Secretaria de Previdência Complementar .....	30
2.7.7 Parecer da auditoria independente.....	30
<b>3 RELATO GERENCIAL SOBRE A GESTÃO DE ÁREAS ESSENCIAIS COM BASE NOS TRABALHOS REALIZADOS</b> .....	31
3.1 CUMPRIMENTO DAS METAS PREVISTAS NO PLANO PLURIANUAL (PPA) E NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (LDO) .....	31
3.2 AVALIAÇÃO DOS INDICADORES DE DESEMPENHO .....	36
3.3 AVALIAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS ADMINISTRATIVOS .....	38
3.4 REGULARIDADE DOS PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS COM A IDENTIFICAÇÃO DOS PROCESSOS RELATIVOS À DISPENSA E INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO .....	40
3.4.1 Dispensa .....	40
3.4.2 Dispensa eletrônica.....	41
3.4.3 Inexigibilidade.....	42
3.4.4 Análise da regularidade dos demais processos licitatórios, incluindo percentual examinado.....	43
3.5 AVALIAÇÃO DO GERENCIAMENTO DA EXECUÇÃO DE CONVÊNIOS .....	47

3.6 VERIFICAÇÃO DA CONSISTÊNCIA DA FOLHA DE PAGAMENTO E REGULARIDADE DOS PROCESSOS DE ADMISSÃO, CESSÃO, REQUISIÇÃO, CONCESSÃO DE APOSENTADORIA, REFORMA E PENSÃO .....	47
3.6.1 Cálculo da Folha.....	47
3.6.2 Admissões.....	48
3.6.3 Cedências / Requisições .....	48
3.6.4 Concessão de Aposentadoria, Reforma e Pensão .....	48
<b>4 FATOS RELEVANTES DE NATUREZA ADMINISTRATIVA E ORGANIZACIONAL COM IMPACTO SOBRE A AUDIN .....</b>	<b>49</b>
<b>5 AÇÕES DE CAPACITAÇÃO DA AUDIN.....</b>	<b>49</b>
<b>6 AÇÕES DE FORTALECIMENTO DA AUDIN.....</b>	<b>50</b>
6.1 CAPACITAÇÃO.....	50
6.2 REVISÃO DE NORMATIVOS INTERNOS E REDESENHO ORGANIZACIONAL... 50	
6.3 DESENVOLVIMENTO/AQUISIÇÃO DE METODOLOGIA E SOFTWARES .....	51
6.4 SOFTWARES PARA AUDITORIA .....	51

## APRESENTAÇÃO

O Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna (RAINT) da Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A (TRENSURB) foi elaborado em conformidade com o disposto na Instrução Normativa nº 07 de 29/12/2006, da Controladoria-Geral da União (CGU) e em especial a Instrução Normativa nº 01 de 03/01/2007, da CGU/Secretaria Federal de Controle Interno (SFCI). Para o próximo ano, a elaboração do RAINTE se dará consoante à Instrução Normativa 24 de 17 de novembro de 2015.

Além de atender à legislação, o presente relatório tem a finalidade de informar ao Conselho de Administração (CONSAD), Conselho Fiscal (CONFIS), Diretoria Executiva (DIREX) e à Controladoria-Geral da União (CGU) sobre a programação, o desenvolvimento e a execução dos trabalhos previstos no Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna (PAINT/2015).

As ações da Auditoria Interna descritas no presente relatório foram direcionadas para o cumprimento do referido Plano de Auditoria e para o atendimento das solicitações feitas pelos órgãos do Sistema de Controle Interno e do Controle Externo.

O Relatório Anual das Atividades de Auditoria Interna está organizado da seguinte forma: descrição das ações de auditoria interna realizadas, cumprimento de recomendações e determinações efetuadas pela CGU e pelo TCU, o relato gerencial sobre a gestão das áreas auditadas, os fatos relevantes de natureza administrativa ou organizacional com impacto sobre a auditoria interna e o desenvolvimento institucional e capacitação da auditoria interna, conforme preconiza os normativos inicialmente citados.

## 1 AÇÕES DE AUDITORIA INTERNA

Visando atender o solicitado no inciso I do art. 4º e art. 5º da IN nº 01/2007 da CGU/SFCI, apresentamos a seguir os trabalhos executados pela Auditoria Interna no exercício de 2015.

Ressalta-se que, ao final de cada trabalho, os relatórios foram encaminhados às áreas responsáveis para conhecimento e adoção das providências necessárias ao saneamento dos pontos e pendências identificadas.

Em todos os trabalhos, os materiais utilizados foram: a legislação, a documentação da área e os sistemas informatizados.

**Relatório:** 362/2015 – Balanço de 31/12/2014

**Áreas Auditadas:** DIRAF/GEORF/SECOP

**Período:** 03/02/2015 a 19/03/2015

**Equipe:** 01 auditor

**Escopo:** Conciliação das contas do Balanço Anual da TRENURB encerrado em 31/12/2014.

**Relatório:** 363/2015 – RH - Benefícios

**Áreas Auditadas:** DIRAF/GEREH/SEPES

**Período:** 03/02/2015 a 26/03/2015

**Equipe:** 01 auditor

**Escopo:** Os exames serão realizados por amostragem, seguindo critérios de materialidade, relevância, grau de risco e outros fatores em todas as unidades da TRENURB. Considerando como parâmetro o quantitativo de empregados existentes, prevendo-se uma abordagem de um universo de aproximadamente 5% dos empregados.

**Relatório:** 364/2015 – Contratos e Convênios

**Áreas Auditadas:** DIRAF/GEORF/GEJUR/SEACO

**Período:** 13/04/2015 a 19/05/2015

**Equipe:** 02 auditores

**Escopo:** Os exames serão realizados por amostragem, seguindo critérios de materialidade, relevância, grau de risco e outros fatores em todas as unidades da TRENURB. Considerando como parâmetro o quantitativo de contratos e convênios existentes no período auditado prevendo-se uma abordagem de um universo de aproximadamente 15% dos convênios, acordos e ajustes e de 10% dos contratos que foram auditados, dando prioridade para contratos de Obras e Serviços.

**Relatório: 365/2015 – Manutenção de Trens - Preventiva**

**Áreas Auditadas:** DIRAF/GEMAN/SEOFI

**Período:** 25/05/2015 a 28/07/2015

**Equipe:** 01 auditor

**Escopo:** Verificar o cronograma de execução das revisões, verificar documentação execução, pagamentos referentes ao contrato, verificar sistemas e controles internos e verificar as pendências de relatórios anteriores.

**Relatório: 366/2015 – Receitas Operacionais – Bilhetagem Eletrônica**

**Áreas Auditadas:** GEORF/GECOM/GEOPE/SEPAR/SEMERC/SEOPE

**Período:** 01/06/2015 a 28/07/2015

**Equipe:** 01 auditor

**Escopo:** Verificar o sistema de controle da receita operacional e sua confiabilidade, verificar a confiabilidade da conferência da arrecadação junto a terceirizada e verificar os controles internos da receita operacional.

**Relatório: 367/2015 – Licitações e Compras**

**Áreas Auditadas:** DIRAF/GESUP/SECOM/COPEL

**Período:** 03/08/2015 a 04/09/2015

**Equipe:** 02 auditor

**Escopo:** Os exames serão realizados por amostragem, seguindo critérios de materialidade, relevância, grau de risco e outros fatores. Considerando como parâmetro os meses de Junho a Novembro/2015 prevendo-se uma abordagem de aproximadamente 5% dos processos.

**Relatório: 368/2015 – IQD**

**Áreas Auditadas:** GEPLA/SEPLA

**Período:** 16/09/2015 a 10/11/2015

**Equipe:** 01 auditor

**Escopo:** Os exames serão realizados por amostragem, seguindo critérios de materialidade, relevância, grau de risco e outros fatores. Considerando como parâmetro as últimas três avaliações realizadas, prevendo-se uma abordagem de aproximadamente 10% das UOS.

**Relatório: 369/2015 – Folha de Pagamento**

**Áreas Auditadas:** DIRAF/GEREH/SEPES

**Período:** 03/11/2015 a 14/12/2015

**Equipe:** 01 auditor

**Escopo:** Os exames serão realizados por amostragem, seguindo critérios de materialidade, relevância, grau de risco e outros fatores em todas as unidades da TRENURB. Considerando como parâmetro o quantitativo de empregados existentes, prevendo-se uma abordagem de um universo de aproximadamente 5% dos empregados.

## 2 CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES OU DETERMINAÇÕES DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE INTERNO E EXTERNO

Tendo em vista as recomendações e determinações afetas à TRENURB, exaradas pela CGU e pelo TCU, relacionamos a seguir as diligências de controle interno e externo, como também as providências adotadas por parte da empresa.

### 2.1 RECOMENDAÇÕES DA CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO (CGU)

Durante o exercício de 2015 ocorreram as seguintes solicitações por parte da CGU, apresentadas em sequência:

- ❖ **Documento:** Ofício nº 2264/2015/DIURB-DU-SFC CGU-PR  
**Assunto:** RDC 01/2012 - Nota Técnica 134/2015/DIURB/DI/SFC/CGU-PR – Aquisição de 15 TUEs  
**Providências:** CE PRES-0036/2015  
**Processo Administrativo:** 2702/2014  
**Atendimento:** Total
- ❖ **Documento:** Ofício 3783/2015/CSMCid/CORIN/CRG/CGU-PR  
**Assunto:** Solicita informações sobre dispensas por justa causa em 2013-2014  
**Providências:** CE PRES-0025/2015  
**Atendimento:** Total
- ❖ **Documento:** Ofício 5344/2015/DIURB/DI/SFC/CGU-PR  
**Assunto:** Concede prazo solicitado pela CE PRES-0023/2015 (27/mar.)  
**Providências:** CE PRES-0036/2015  
**Atendimento:** Total
- ❖ **Documento:** Ofício 6596/2015/CSACID/CORIN/CRG/CGU-PR  
**Assunto:** Solicita normativos sobre atividade disciplinar  
**Providências:** CE GEREH-0116/2015  
**Atendimento:** Total
- ❖ **Documento:** Ofício 6425/2015/GAB/CGU-Regional/RS/CGU-PR  
**Assunto:** Inspeção Correicional - pedido de justificativas  
**Providências:** CE PRES-0050/2015  
**Processo:** 2591/2014  
**Atendimento:** Total
- ❖ **Documento:** Ofício 14766/2015/CRG/CGU-PR  
**Assunto:** Solicita Informações s/Sistema CGU-PAD  
**Providências:** CE PRES-0068/2015  
**Atendimento:** Total

- ❖ **Documento:** Ofício 17464/2015/CRG/CGU-PR  
**Assunto:** Encaminha Ofício OF-Circ.223/CRG/CGU-PR referente a informações sobre Sistema CGU-PAD  
**Providências:** CI AUDIN-0082/2015 p/DIRAF  
**Atendimento:** Total
  
- ❖ **Documento:** Ofício circ. 224/2015/GM/CGU-PR  
**Assunto:** Responsabilização de Entes Privados - Lei nº 12.846 de 2013  
**Providências:** CI AUDIN-0086/2015 p/PRES  
**Atendimento:** Total

---

- ❖ **Documento:** Ofício nº 22.568/2015/GAB/CGU-Regional/RS/CGU-PR  
**Assunto:** Informa disponibilidade de Relatório de Auditoria nº 201504107, etc no e-Contas  
**Processo:** 0385/2015  
**Atendimento:** Total
  
- ❖ **Documento:** Ofício nº 16.500/2015/CRG/CGU-PR  
**Assunto:** Solicita cópia da Portaria designando a Comissão de Sindicância Investigativa (sobre RDC nº 01/2012)  
**Providências:** CE PRES-0090/2015  
**Processo:** 2702/2014  
**Atendimento:** Total
  
- ❖ **Documento:** Ofício nº 27784/2015/DIURB/DE/SFC/CGU-PR  
**Assunto:** Encaminha a Nota Técnica 1922/2015 - Análise do Pedido de Reconsideração s/apontamentos da CGU s/fiscalização nº 201316788  
**Atendimento:** Total
  
- ❖ **Documento:** Ofício nº 23.712/2015/CORIN/CRG/CGU-PR  
**Assunto:** Encaminha cópia do Relatório de Inspeção Correcional (com sugestões e providências a serem implementadas)  
**Processo:** 2591/2014  
**Atendimento:** Total
  
- ❖ **Documento:** Ofício nº 17.635/2015/GAB/CGU-Regional/RS/CGU-PR  
**Assunto:** Encaminhamento do Relatório Preliminar de Auditoria - 2014 e agenda para reunião de busca conjunta  
**Providências:** CI AUDIN-0077/2015 p/PRES  
**Processo:** 0385/2015  
**Atendimento:** Total
  
- ❖ **Documento:** Diligência Nº 2027/2015/CGU-Regional/RS  
**Assunto:** Solicita justificativas s/atos de admissão pessoal  
**Providências:** CI AUDIN-0107/201 p/DIRAF  
**Atendimento:** Total



- ❖ **Documento:** Diligência Nº 2034/2015/CGU-Regional/RS  
**Assunto:** Solicita justificativas s/atos de admissão pessoal  
**Providências:** CI AUDIN-0110/2015 p/DIRAF  
**Atendimento:** Total

## 2.2 DETERMINAÇÕES/SOLICITAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU)

Durante o exercício de 2015 ocorreram as seguintes determinações/solicitações, por parte do TCU, apresentadas em sequência:

- ❖ **Documento:** Ofício nº 1/2015 SECEX-RS/Gabinete  
**Assunto:** Prestação de Contas 2014 - Cadastro TCU - Nomes dos Responsáveis  
**Providências:** CE PRES-0020/2015  
**Processo Administrativo:** 0385/2015  
**Atendimento:** Total
- ❖ **Documento:** Ofício nº 0319/2015-TCU/SECEX-RS  
**Assunto:** Auditoria Planejamento - Apresentação Relatório  
**Providências:** CI AUDIN-0025/2015 p/GAPRE, GEJUR, GEPLA e PRES  
**Processo Administrativo:** 0041/2015  
**Atendimento:** Total
- ❖ **Documento:** Ofício nº. 0366/2015-TCU/SECEX-RS  
**Assunto:** Supostas Irregularidades - Terceirização Trensurb  
**Providências:** CE PRES-0049/2015  
**Atendimento:** Total
- ❖ **Documento:** Ofício nº. 0311/2015-TCU/SECEX-RS  
**Assunto:** Acórdão 1809/2015 - Prestação de Contas do Exercício de 2011  
**Providências:** CI AUDIN-0023/2015  
**Processo Administrativo:** 0485/2012  
**Atendimento:** Total
- ❖ **Documento:** Ofício nº. 0475/2015-TCU/SECEX-RS  
**Assunto:** Supostas Irregularidades - Terceirização Trensurb - Concede prazo p/atendimento Ofício 0366/2015-TCU-SECEX-RS  
**Providências:** CE PRES-0049/2015  
**Atendimento:** Total
- ❖ **Documento:** Ofício nº. 1-457/2015-TCU/SECEX-RS  
**Assunto:** Informa início de trabalho de fiscalização sobre Governança de Aquisições pela empresa (em 03/11/2015)  
**Providências:** CE PRES-0100/2015  
**Processo:** 3071/2015  
**Atendimento:** Total

- ❖ **Documento:** Ofício nº. 1219/2015-TCU/SECEX-RS  
**Assunto:** Supostas Irregularidades no RH.  
**Providências:** CI AUDIN-0093/2015 p/DIRAF, DIROP e PRES  
**Atendimento:** Total
  
- ❖ **Documento:** Ofício nº. 1382/2015-TCU/SECEX-RS  
**Assunto:** Prestação de Contas 2012 (Anexo 1, Acórdão 6695/2015 e TC)  
**Processo Administrativo:** 0050/2013  
**Atendimento:** Total
  
- ❖ **Documento:** Ofício nº. 1160/2015-TCU/SECEX-SC  
**Assunto:** Concorrência 10/2015 - Concessão de espaços e equipamentos para exploração de publicidade  
**Providências:** CE PRES-0123/2015  
**Atendimento:** Total

### 2.3 RECOMENDAÇÕES DA PRÓPRIA AUDIN

RECOMENDAÇÕES	ATENDIMENTO
<b>Relatório: 362/2015 – Balanço de 31/12/2014</b>	
<b>4.1 Adiantamento a fornecedores</b>  <b>Recomendação:</b> Realizar uma análise aprofundada quanto à liquidez desses créditos e, aqueles considerados irrecuperáveis, que sejam apropriados como perda do exercício, a fim de que os recursos a receber e/ou a recuperar estejam adequadamente representados.	<b>Atendimento:</b> parcial
<b>4.2 Adiantamento de férias-SEPES</b>  <b>Recomendação:</b> Realizar esforços com vistas à cobrança dos valores que encontram-se pendentes de ressarcimento e, nos casos em que esgotarem as tratativas de cobrança, adotar os procedimentos necessários para a baixa contábil (RED 0004/2007) ou cobrança judicial.	<b>Atendimento:</b> parcial
<b>4.3 Adiantamento benefício INSS</b>  <b>Recomendação:</b> Providenciar esforços com vistas à cobrança dos valores que ainda encontram-se pendentes de ressarcimento e, nos casos em que esgotarem as tratativas de cobrança, adotar os procedimentos necessários para a baixa contábil (RED 0004/2007) ou cobrança judicial.	<b>Atendimento:</b> parcial
<b>4.4 Adiantamento insuficiência saldo</b>  <b>Recomendação:</b> Providenciar esforços com vistas à cobrança dos valores que ainda encontram-se pendentes de ressarcimento e, nos casos em que esgotarem as tratativas de cobrança, adotar os procedimentos necessários para a baixa contábil (RED 0004/2007) ou cobrança judicial, procedendo a abertura de processo administrativo para apuração de responsabilidade funcional, caso necessário.	<b>Atendimento:</b> parcial

RECOMENDAÇÕES	ATENDIMENTO
<p><b>4.5 Falta em bilheteria</b></p> <p><b>Recomendação:</b> Apurar os casos constantes desta composição visando a identificação dos casos que possam ser realizados os descontos ou recolhimentos, para que a rubrica contábil em questão seja adequadamente regularizada destas pendências, assim como, recomendamos a abertura de processos administrativos para os casos de maior dificuldade de regularização.</p>	<p><b>Atendimento: parcial</b></p>
<p><b>4.6 Controle manual do Relatório de Inadimplência do Plano de Saúde</b></p> <p><b>Recomendação:</b> Recomendamos a realização de um estudo para desenvolvimento de módulo junto ao sistema de RH para o gerenciamento do Plano de Saúde, a fim de otimizar o controle da arrecadação dos valores a serem restituídos pelos empregados e aposentados inadimplentes.</p>	<p><b>Atendimento: parcial</b></p>
<p><b>4.7 Pagamento a maior de FGTS</b></p> <p><b>Recomendação:</b> Acompanhar junto ao SEPAR a restituição do valor por parte da Caixa Econômica Federal (CEF), tomando as providências cabíveis tanto para o caso de ressarcimento como de não ressarcimento pela CEF, a fim de regularizar a pendência.</p>	<p><b>Atendimento: parcial</b></p>
<p><b>4.8 Aluguéis, arrendamentos e concessões</b></p> <p><b>Recomendação:</b> Agilizar as análises de ação judicial para os casos pendentes, relativos ao período de 2010 a 2013, definindo as providências a serem tomadas para regularizar a situação.</p>	<p><b>Atendimento: parcial</b></p>
<p><b>4.9 Rescisão e contratos a pagar</b></p> <p><b>Recomendação:</b> Realizar uma análise dos valores pendentes na conta de rescisão e contratos a pagar, procedendo os acertos necessários para a regularização da referida conta.</p>	<p><b>Atendimento: parcial</b></p>
<p><b>4.10 Fornecedores</b></p> <p><b>Recomendação:</b> Realizar uma análise dos valores constantes na referida conta de fornecedores, providenciando os ajustes cabíveis.</p>	<p><b>Atendimento: parcial</b></p>
<p><b>4.11 Materiais – terceiros</b></p> <p><b>Recomendação 1:</b> Realizar levantamento e tombamento dos bens constantes na empresa, visando apurar de forma objetiva e precisa a quantidade física e financeira real de materiais da TRENSURB em poder de terceiros e de terceiros em poder da TRENSURB.</p>	<p><b>Atendimento: parcial</b></p>
<p><b>4.11 Materiais – terceiros</b></p> <p><b>Recomendação 2:</b> Realizar o registro adequado do documento fiscal, abstendo-se de efetuar o registro contábil pela diferença (subtração) entre os saldos final e inicial, conciliando as contas tempestivamente.</p>	<p><b>Atendimento: parcial</b></p>
<p><b>4.11 Materiais – terceiros</b></p> <p><b>Recomendação 3:</b> Promover a atualização das normas internas que estabeleçam os fluxos, os procedimentos e as competências, definindo as responsabilidades das UOs envolvidas no processo, disciplinando a movimentação dos bens com/de terceiros na TRENSURB, de modo a evitar extravios, furtos e desaparecimento dos mesmos.</p>	<p><b>Atendimento: parcial</b></p>

RECOMENDAÇÕES	ATENDIMENTO
<p><b>4.12 Emissão das Notas Fiscais Eletrônicas</b></p> <p><b>Recomendação:</b> Reiteramos que a emissão das NF-e seja feita por funcionário habilitado com conhecimento para tanto e que sejam adotadas rotinas de verificação e revisão tempestiva das NF-e, quanto a sua conformidade, por pessoal independente da emissão. Outrossim, foi sugerido pela gerência do SEMAT a inclusão de um Posto Fiscal, vinculado ao SECOP para emissão das NF-e e adequação das obrigações acessórias, como por exemplo, a verificação dos NCM adotados.</p>	<p><b>Atendimento: total</b></p>
<p><b>4.13 Outros débitos</b></p> <p><b>Recomendação:</b> Providenciar a regularização dos registros, atentando para as ocorrências mais antigas, procedendo a abertura de processo administrativo para todos os casos pendentes e apuração de responsabilidade funcional, caso necessário</p>	<p><b>Atendimento: parcial</b></p>
<p><b>4.14 Títulos do Tesouro Nacional</b></p> <p><b>Recomendação:</b> Providenciar a formalização de registros que comprovem a situação atualizada desta conta, mediante obtenção de informações via extratos ou "Demonstrativo de Posição de Custódia de Títulos" junto à instituição financeira competente, atualizando os respectivos valores na contabilidade</p>	<p><b>Atendimento: parcial</b></p>
<p><b>4.15 Investimentos</b></p> <p><b>Recomendação:</b> Providenciar a formalização de registros que comprovem a situação atual de cada investimento, mediante obtenção de informações via extratos junto às instituições custodiantes competentes, atualizando os respectivos valores na contabilidade.</p>	<p><b>Atendimento: parcial</b></p>
<p><b>4.16 Débitos contabilizados e contas de receitas</b></p> <p><b>Recomendação:</b> Examinar os parâmetros determinantes dos valores contabilizados a crédito, objetivando a escrituração do valor correto, evitando assim estornos e/ou reclassificações e eventuais questionamentos por parte de auditores da Receita Federal do Brasil.</p>	<p><b>Atendimento: total</b></p>
<p><b>4.17 Adiantamento de numerário</b></p> <p><b>Recomendação:</b> Providenciar a regularização dos registros, atentando para as ocorrências mais antigas, estabelecendo mecanismos para um controle efetivo dos adiantamentos concedidos.</p>	<p><b>Atendimento: total</b></p>
<p><b>4.18 Integração</b></p> <p><b>Recomendação:</b> Efetuar um levantamento acerca do registro contábil, identificando a que se refere o valor, tomando as providências para regularização da conta</p>	<p><b>Atendimento: parcial</b></p>
<p><b>Relatório: 363/2015 – RH - Benefícios</b></p> <p><b>4.1 Vale Cultura</b></p> <p><b>Recomendação:</b> Recomendamos que seja fornecido o benefício do Vale Cultura aos empregados que tem direito a optarem pelo serviço, cumprindo, dessa maneira, o ajustado no Acordo Coletivo com o Sindimetrô-RS.</p>	<p><b>Atendimento: total</b></p>

RECOMENDAÇÕES	ATENDIMENTO
<p><b>4.2 Plano de Saúde Pós-Pago</b></p> <p><b>Recomendação 1.1:</b> Evitar imediatamente todos os esforços para cobrar os débitos dos empregados inadimplentes com o Plano de Saúde Pós-Pago, estabelecendo um plano de ação, com objetivo de ressarcimento dos recursos que foram desembolsados antecipadamente pela Trensurb.</p>	<p><b>Atendimento: total</b></p>
<p><b>4.2 Plano de Saúde Pós-Pago</b></p> <p><b>Recomendação 1.2:</b> Instaurar procedimento de apuração de responsabilidade o mais breve possível, nos casos em que couber.</p>	<p><b>Atendimento: parcial</b></p>
<p><b>4.2 Plano de Saúde Pós-Pago</b></p> <p><b>Recomendação 2.1:</b> Recomendamos abrir imediatamente processo administrativo para a cobrança daqueles empregados que possuem dívida com o Plano de Saúde Pós-Pago Unimed.</p>	<p><b>Atendimento: total</b></p>
<p><b>4.2 Plano de Saúde Pós-Pago</b></p> <p><b>Recomendação 2.2:</b> Instaurar procedimento de apuração de responsabilidade o mais breve possível, nos casos em que couber.</p>	<p><b>Atendimento: parcial</b></p>
<p><b>4.2 Plano de Saúde Pós-Pago</b></p> <p><b>Recomendação 3.1:</b> Realizar a imediata cobrança desses empregados dentro das regras do plano assinado (NPG-PES-501 Assistência Médica Complementar). A norma prevê no artigo 5.10 que poderá ser descontado até 20% do salário do empregado (remuneração).</p>	<p><b>Atendimento: total</b></p>
<p><b>4.3 Conta “Adiantamento por Insuficiência de Saldo</b></p> <p><b>Recomendação:</b> Recomendamos que a informação conste na relação dos devedores do Plano Pós-pago da UNIMED que é enviada mensalmente à contabilidade para que o SECOP (Setor de Contabilidade e Patrimônio) realize a reclassificação do referido saldo com o valor atualizado.</p>	<p><b>Atendimento: total</b></p>
<p><b>Relatório: 364/2015 – Contratos e Convênios</b></p>	
<p><b>4.1 Falhas de publicação – prazo</b></p> <p><b>Recomendação:</b> Reiteramos a recomendação do item 4.4 do relatório 355/2014, de rever os procedimentos de publicação resumida de instrumentos de contratos, aditamentos e termo de permissão de uso na imprensa oficial, aperfeiçoando o controle dos prazos, visando o enquadramento do estabelecido no parágrafo único do art. 61 da Lei 8.666/1993.</p>	<p><b>Atendimento: total</b></p>
<p><b>4.2. Falhas de publicação – ausência</b></p> <p><b>Recomendação:</b> Adotar medidas saneadoras quanto ao aprimoramento dos controles internos, encaminhando o processo à UO competente e responsável pelas publicações, de modo a evitar a reincidência do fato ocorrido.</p>	<p><b>Atendimento: total</b></p>
<p><b>4.3 Parecer jurídico – ausência</b></p> <p><b>Recomendação:</b> Adotar medidas saneadoras quanto ao aprimoramento dos controles internos, acionando à GEJUR de forma tempestiva para realização da análise jurídica, de modo a evitar a reincidência do fato ocorrido.</p>	<p><b>Atendimento: total</b></p>

RECOMENDAÇÕES	ATENDIMENTO
<p><b>4.4 Acréscimo no valor contratado – comprovação</b></p> <p><b>Recomendação:</b> Fazer constar no processo a comprovação das justificativas para o aumento do valor do contrato, demonstrando a proporcionalidade dos serviços prestados com o aumento equivalente, conforme solicitado pela GEJUR nas folhas 272 e 274.</p>	<p><b>Atendimento:</b> parcial</p>
<p><b>4.5 Prorrogação de prazo – orçamentos</b></p> <p><b>Recomendação:</b> Obter ao menos três orçamentos válidos para os casos de prorrogação de prazo, anexando-os ao respectivo processo, visando demonstrar a equivalência entre o preço contratado e os praticados pelo mercado, nos fundamentos do Acórdão 1100/2008 e da RED-0018/2013.</p>	<p><b>Atendimento:</b> total</p>
<p><b>4.6 Regularidade social – ausência de comprovação</b></p> <p><b>Recomendação:</b> Proceder a conferência do adimplemento das obrigações trabalhistas para os funcionários da contratada vinculadas ao referido contrato, atentando para o Enunciado 331 do TST, de modo a evitar a implicação da responsabilidade subsidiária da TRENSURB.</p>	<p><b>Atendimento:</b> parcial</p>
<p><b>4.7 Regularidade social – responsável pela conferência</b></p> <p><b>Recomendação:</b> Que a conferência dos recolhimentos trabalhistas e previdenciários das empresas dos contratos de prestação de serviços e mão de obra seja realizada de forma centralizada por pessoal habilitado para a execução desta rotina.</p>	<p><b>Atendimento:</b> parcial</p>
<p><b>4.8 Gestor do contrato</b></p> <p><b>Recomendação:</b> Designar formalmente um servidor para acompanhar a execução dos contratos de prestação de serviços, em cumprimento ao art. 6º do Decreto nº 2.271/1997 e ao art. 67 da Lei 8.666/1993.</p>	<p><b>Atendimento:</b> total</p>
<p><b>4.9 Parágrafo do contrato</b></p> <p><b>Recomendação 1:</b> Recomendamos a exclusão do parágrafo mencionado, com a finalidade de ajustar as cláusulas do contrato ao seu objeto e evitar interpretações errôneas.</p>	<p><b>Atendimento:</b> parcial</p>
<p><b>4.9 Parágrafo do contrato</b></p> <p><b>Recomendação 2:</b> Aprimorar os controles internos referentes principalmente à elaboração e revisão dos contratos, conforme letra “b”, do item 1.4 do Regimento Interno da TRENSURB.</p>	<p><b>Atendimento:</b> parcial</p>
<p><b>4.10 Gestão de contratos</b></p> <p><b>Recomendação 1:</b> Elaborar o desenho do processo de gestão de contratos, mapeando os fluxos necessários para formalização e controle dos mesmos</p>	<p><b>Atendimento:</b> parcial</p>
<p><b>4.10 Gestão de contratos</b></p> <p><b>Recomendação 2:</b> Providenciar a edição de normas internas relativas ao fluxo de formalização e de controle dos contratos da empresa</p>	<p><b>Atendimento:</b> parcial</p>

RECOMENDAÇÕES	ATENDIMENTO
<p><b>4.10 Gestão de contratos</b></p> <p><b>Recomendação 3:</b> Desenvolver uma ferramenta para gestão dos contratos, a partir do desenho do processo, de modo que auxilie no gerenciamento dos contratos vigentes na empresa.</p>	<p><b>Atendimento:</b> parcial</p>
<p><b>4.11 Normas internas - avarias e sinistros em veículos</b></p> <p><b>Recomendação:</b> Providenciar a elaboração de norma que trate da ocorrência de avarias e sinistros nos veículos locados, a exemplo da norma de multas de trânsito, para posterior encaminhamento do Termo Circunstanciado Administrativo (TCA), previsto na NPG-PES-701.</p>	<p><b>Atendimento:</b> parcial</p>
<p><b>4.12 Multas de trânsito-SEAPO</b></p> <p><b>Recomendação 1:</b> Providenciar a cobrança do valor da multa junto ao funcionário responsável, regularizando o débito junto à empresa, documentando o ressarcimento junto ao processo, conforme previsto no item 4.9 da NPG-APA-113.</p>	<p><b>Atendimento:</b> total</p>
<p><b>4.12 Multas de trânsito-SEAPO</b></p> <p><b>Recomendação 2:</b> Considerando as inconformidades do processo 3268/2013 em relação à NPG-APA-113, promover a apuração de responsabilidade funcional, mediante abertura de processo administrativo.</p>	<p><b>Atendimento:</b> parcial</p>
<p><b>4.12 Multas de trânsito-SEAPO</b></p> <p><b>Recomendação 3:</b> Proceder o aperfeiçoamento de controles internos relativos aos processos de Multas de Trânsito, alinhando os mesmos à NPG-APA-113.</p>	<p><b>Atendimento:</b> total</p>
<p><b>4.12 Multas de trânsito-SEAPO</b></p> <p><b>Recomendação 4:</b> Providenciar a autuação de todas as folhas constantes no processo.</p>	<p><b>Atendimento:</b> total</p>
<p><b>Relatório: 365/2015 – Manutenção de Trens - Preventiva</b></p>	
<p><b>4.1 Instalações físicas das oficinas da manutenção</b></p> <p><b>Recomendação:</b> Recomendamos a readequação do piso das oficinas e das instalações (elétricas, hidrossanitárias), com a finalidade de garantir a segurança e conforto aos empregados no exercício de suas atividades conforme a Norma regulamentadora NR-08 MTE e legislação ambiental vigente.</p>	<p><b>Atendimento:</b> parcial</p>
<p><b>4.2 Óleo lubrificante da frota</b></p> <p><b>Recomendação:</b> Adotar medidas de contenção de vazamento do óleo proveniente do funcionamento dos motores dos trens, com o objetivo de manter a integridade operacional da via permanente e contribuir para a preservação do meio ambiente.</p>	<p><b>Atendimento:</b> parcial</p>
<p><b>4.3 Valas da manutenção leve</b></p> <p><b>Recomendação:</b> Recomendamos que sejam envidados todos os esforços para solucionar as questões apresentadas nesta constatação, para contemplar os requisitos mínimos de segurança estabelecidos nas normas do Ministério do Trabalho e evitar não só prejuízos materiais, mas também danos pessoais aos trabalhadores da empresa.</p>	<p><b>Atendimento:</b> parcial</p>

RECOMENDAÇÕES	ATENDIMENTO
<p><b>4.4 Cabine de pintura</b></p> <p><b>Recomendação:</b> Recomendamos a readequação da referida cabine nos termos da legislação vigente, visto que é um equipamento indispensável aos trabalhos diários do SEOFI.</p>	<p><b>Atendimento:</b> parcial</p>
<p><b>4.5 Lavagens dos equipamentos e peças – meio ambiente</b></p> <p><b>Recomendação:</b> Recomendamos que o referido local seja reformado com a finalidade de se adequar à legislação vigente e preservar a empresa de multas ou penalizações dos órgãos fiscalizadores devido aos danos gerados ao meio ambiente.</p>	<p><b>Atendimento:</b> parcial</p>
<p><b>4.6 Lavagens dos equipamentos e peças – espaço físico</b></p> <p><b>Recomendação:</b> Que o local retorne ao seu tamanho original, visto que todos os trens já foram descarregados, o espaço está sendo subutilizado e as demandas das lavagens estão em constante crescimento devido à ampliação da frota.</p>	<p><b>Atendimento:</b> parcial</p>
<p><b>4.7 Área física das oficinas</b></p> <p><b>Recomendação:</b> Que seja avaliada a expansão da área física de manutenção do material rodante, com a finalidade de atender às necessidades do aumento da frota e manter a disponibilidade operacional dos trens aos seus usuários no atual nível de qualidade.</p>	<p><b>Atendimento:</b> parcial</p>
<p><b>4.8 Usinagens das rodas dos trens</b></p> <p><b>Recomendação:</b> Recomendamos a reforma do torno de usinagem das rodas dos trens, com o objetivo de aumentar a qualidade do serviço prestado e manter o equipamento modernizado na sua plena capacidade operacional, de acordo com as atuais normas ferroviárias.</p>	<p><b>Atendimento:</b> parcial</p>
<p><b>Relatório: 366/2015 – Receitas Operacionais – Bilhetagem Eletrônica</b></p>	
<p><b>4.1 Área responsável pelo procedimento licitatório</b></p> <p><b>Recomendação:</b> Que nas próximas licitações a área demandante envie a documentação ao setor responsável pela aquisição (SECOM ou COPEL) para as devidas providências.</p>	<p><b>Atendimento:</b> total</p>
<p><b>4.2 Formalização do processo</b></p> <p><b>Recomendação:</b> Providenciar, para os casos futuros, a tramitação do processo junto à área responsável pelo orçamento, a fim de que haja a indicação formal da existência da efetiva disponibilidade de recursos orçamentários de forma tempestiva.</p>	<p><b>Atendimento:</b> total</p>
<p><b>4.3 Passe Antecipado X Cartão Unitário</b></p> <p><b>Recomendação:</b> Implantar uma nova cultura de Bilhetagem Eletrônica, reavaliando a estratégia de comercialização do Cartão Unitário para o Passe Antecipado, promovendo ações diversas de incentivo ao uso do PA junto aos usuários, tais como:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- aviso sonoro nas estações e TUEs;</li> <li>- entrega de folder publicitário do PA quando da compra do cartão unitário;</li> <li>- utilização de promotores para abordagem quando da utilização do unitário;</li> </ul>	<p><b>Atendimento:</b> parcial</p>



RECOMENDAÇÕES	ATENDIMENTO
<ul style="list-style-type: none"> <li>- investimento em campanhas publicitárias;</li> <li>- emissão do cartão através do Portal na internet (semelhante ao cartão TEU);</li> <li>- possibilidade de recarga do cartão através da internet (semelhante ao cartão TEU);</li> <li>- análise da possibilidade de vender um único cartão unitário por passageiro.</li> </ul>	Atendimento: parcial
<p><b>4.4 Problemas no sistema de Bilhetagem Eletrônica</b></p> <p><b>Recomendação 1:</b> Notificar formalmente a ATP sobre as falhas de sistema existentes, que, em muitos casos possibilitam a ocorrência de fraude financeira, para que a mesma solucione os problemas apontados dentro do prazo estabelecido.</p>	Atendimento: parcial
<p><b>4.4 Problemas no sistema de Bilhetagem Eletrônica</b></p> <p><b>Recomendação 2:</b> Recomendamos a realização de auditoria prevista na Cláusula Quinta do Termo de Ajuste de Cooperação da Integração, específica no sistema da Gestão do Clearing para análise do processamento de dados do uso dos produtos Vale Transporte SIM, Vale Transporte TRI e Passe Antecipado TRI, atendendo aos princípios da Transparência Pública, Integridade das Informações e Conformidade, a fim de resguardar o interesse público.</p>	Atendimento: parcial
<p><b>4.4 Problemas no sistema de Bilhetagem Eletrônica</b></p> <p><b>Recomendação 3:</b> Sugerimos avaliar a possibilidade da realização periódica de auditoria independente no sistema de Bilhetagem Eletrônica, a fim de resguardar a TRENSURB acerca de possíveis fragilidades no processo de arrecadação da receita de transportes.</p>	Atendimento: parcial
<p><b>4.5 Informações ATP X Sistema BI</b></p> <p><b>Recomendação:</b> Adotar medidas que visem a conclusão imediata dos trabalhos, com a disponibilização das informações no Sistema BI, notificando formalmente a ATP e ATM dos problemas existentes que impedem a conclusão da demanda, corrigindo as falhas dentro do prazo estabelecido.</p>	Atendimento: parcial
<p><b>4.6 Estoque de bilhetes</b></p> <p><b>Recomendação:</b> Caso não haja o aproveitamento do estoque de bilhetes existentes no Cofre Central, proceder a destruição dos mesmos, tendo em vista a completa implantação da Bilhetagem Eletrônica ocorrida em 30/abr./2015.</p>	Atendimento: parcial
<p><b>4.7 Recolhimento de cartões nos bloqueios</b></p> <p><b>Recomendação 1:</b> Providenciar mecanismo que exija que o recolhimento de cartões unitários nos bloqueios das estações ocorra obrigatoriamente com a devida identificação do funcionário responsável pela ação.</p>	Atendimento: parcial
<p><b>4.7 Recolhimento de cartões nos bloqueios</b></p> <p><b>Recomendação 2:</b> Reiterar junto aos envolvidos os procedimentos constantes na CI SEOPE-0140/2014 de 09/05/2014, de forma que o recolhimento dos Cartões SIM Unitários contidos nos bloqueios seja realizado somente pelo funcionário responsável pelo cofre da estação.</p>	Atendimento: parcial

RECOMENDAÇÕES	ATENDIMENTO
<p><b>4.8 Controle do estoque de cartões unitários nas estações</b></p> <p><b>Recomendação:</b> Aprimorar os controles internos relativos aos cartões unitários existentes nas estações, mediante adoção de medidas que torne eficaz o controle dos mesmos, como exemplo fazendo com que a quantidade indicada pelo sistema ATP transfira diretamente para o CEBSE, exigindo que eventuais divergências sejam apuradas e registradas, monitorando as movimentações de entradas e saídas nas estações.</p>	<p><b>Atendimento:</b> parcial</p>
<p><b>4.9 Controle do estoque de cartões da TRENSURB</b></p> <p><b>Recomendação:</b> Adotar medidas e/ou ferramentas que possibilitem o controle do estoque de cartões adquiridos pela empresa, tanto em poder da ATP quanto em poder da TRENSURB, visando a realização de inventário dos mesmos.</p>	<p><b>Atendimento:</b> parcial</p>
<p><b>4.10 Estoque cartões – registro contábil</b></p> <p><b>Recomendação:</b> Providenciar o registro contábil dos cartões pertencentes à TRENSURB, de forma que haja referência ao estoque de cartões tanto em poder da ATP quanto da empresa.</p>	<p><b>Atendimento:</b> parcial</p>
<p><b>4.11 Envio filipeta da ATP para a PROFORTE</b></p> <p><b>Recomendação:</b> Fazer com que todos os operadores dos POS nas estações enviem a filipeta da ATP juntamente com a filipeta da DVB para a PROFORTE, pontuando as irregularidades mediante comunicação aos responsáveis, com apuração de responsabilidade funcional junto aos envolvidos.</p>	<p><b>Atendimento:</b> parcial</p>
<p><b>4.12 DVB – preenchimento</b></p> <p><b>Recomendação:</b> Adotar medidas para que as informações digitadas nas DVBS pelos funcionários das estações (cartão unitário, créditos – PA SIM, 2ª via idoso/perm., compra do cartão, valor em caixa e sangrias) sejam preenchidas de forma correta, sob pena de responsabilização funcional dos envolvidos.</p>	<p><b>Atendimento:</b> parcial</p>
<p><b>4.13 Normas Internas de Bilhetagem Eletrônica</b></p> <p><b>Recomendação 1:</b> Providenciar o desenho do processo de bilhetagem eletrônica, contemplando todos os seus diferentes níveis: processos, procedimentos operacionais e instruções de trabalho.</p>	<p><b>Atendimento:</b> parcial</p>
<p><b>4.13 Normas Internas de Bilhetagem Eletrônica</b></p> <p><b>Recomendação 2:</b> Atender ao disposto no item 1.9.1 da NPG-ORG-101, providenciando a elaboração de Normas Internas que estabeleçam os fluxos e os procedimentos relativos ao processo de Bilhetagem Eletrônica.</p>	<p><b>Atendimento:</b> parcial</p>
<p><b>4.14 Conta corrente no fechamento de caixa</b></p> <p><b>Recomendação 1:</b> Visando obter uma redução no número de fechamentos de caixa com diferenças a menor, adotar um mecanismo de acompanhamento e controle junto aos operadores (bilheteiros), averiguando e analisando os casos reincidentes e frequentes de diferenças, de forma a evitar a formação de um “conta corrente” para o funcionário.</p>	<p><b>Atendimento:</b> parcial</p>



RECOMENDAÇÕES	ATENDIMENTO
<p><b>4.14 Conta corrente no fechamento de caixa</b></p> <p><b>Recomendação 2:</b> Providenciar a elaboração de normas internas que estabeleçam os fluxos e os procedimentos relativos à incidência de caixa a menor nas estações, definindo as responsabilidades dos envolvidos no processo.</p>	Atendimento: parcial
<p><b>4.15 Registro horário ponto X abertura POS</b></p> <p><b>Recomendação:</b> Adotar imediatamente um rigoroso controle do horário de início das atividades dos operadores nos POS, fazendo com que o mesmo trabalhe somente durante a jornada registrada no ponto eletrônico, a fim de não gerar passivo trabalhista para a TRENURB, sob pena de apuração de responsabilidade funcional dos envolvidos.</p>	Atendimento: parcial
<p><b>4.16 Registro de ponto dos funcionários do SEPAR na PROFORTE</b></p> <p><b>Recomendação:</b> Avaliar a possibilidade de implantação do controle de registro de ponto dos empregados alocados na PROFORTE, visto que os mesmos possuem jornada e local fixo de trabalho, valendo-se inclusive dos recursos apresentados pela Lei 12.551/2011, que possibilita o controle de ponto dos empregados em trabalho externo ao ambiente de trabalho convencional.</p>	Atendimento: parcial
<p><b>4.17 Utilização do Cartão SIM (PA) nas lotações (ATL)</b></p> <p><b>Recomendação 1:</b> Providenciar consulta junto à Gerência Jurídica sobre a atual situação legal da aceitação do PA SIM no sistema de lotações de Porto Alegre, formalizando a consulta junto ao processo de Bilhetagem Eletrônica (1584/2014).</p>	Atendimento: total
<p><b>4.17 Utilização do Cartão SIM (PA) nas lotações (ATL)</b></p> <p><b>Recomendação 2:</b> Caso não se encontre suporte legal para regularizar esta integração, suspender imediatamente a aceitação do SIM (Passe Antecipado) junto à ATL, sob pena de responsabilização funcional de pagamento sem amparo legal.</p>	Atendimento: total
<p><b>Relatório: 367/2015 – Licitações e Compras</b></p>	
<p><b>4.1 Contratação por dispensa devido à ausência de um contrato vigente para a demanda</b></p> <p><b>Recomendação:</b> Providenciar um convênio/termo de cooperação que preveja o transporte dos usuários da TRENURB na cidade de Porto Alegre para os casos de interrupção da circulação de trens, podendo este contrato ser semelhante ao firmado com a Metroplan (processos 0409/12, 0411/12 e 0456/12) para as cidades da região metropolitana de Porto Alegre.</p>	Atendimento: parcial
<p><b>4.2 Formalidades do processo – regime de execução</b></p> <p><b>Recomendação:</b> Atentar para a indicação do Regime de Execução escolhido nos editais de licitação, fazendo constar a informação em futuros editais, de acordo com o art. 40 da Lei 8.666/93.</p>	Atendimento: total
<p><b>4.3 Formalidades do processo – autorização</b></p> <p><b>Recomendação:</b> Atentar para que as autorizações para o início dos processos licitatórios sejam assinadas e datadas por funcionário (a) investido (a) de poderes para tal.</p>	Atendimento: total

RECOMENDAÇÕES	ATENDIMENTO
<b>4.4 Formalidades do processo – contrato social</b>  <b>Recomendação:</b> Providenciar a cópia do contrato social para juntar ao referido processo, a fim de que haja a comprovação da compatibilidade da empresa com o objeto licitado, bem como da representatividade legal do sócio.	<b>Atendimento:</b> parcial
<b>4.5 Cotação de preços – empresas do mesmo grupo econômico</b>  <b>Recomendação:</b> Recomendamos que durante o procedimento de cotação de preços, sejam verificados os CNPJ's das empresas participantes, a fim de certificar que os orçamentos apresentados sejam de fornecedores distintos, conforme consta no Acórdão nº 1547/2007 do TCU. Dessa forma, evita-se realizar solicitações de cotação com empresas do mesmo grupo econômico, restringindo a competitividade entre os participantes.	<b>Atendimento:</b> parcial
<b>4.6 Formalidades do processo – documentação</b>  <b>Recomendação:</b> Faça constar nos autos dos processos os documentos solicitados no projeto básico, visando o atendimento aos princípios da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, art. 3º da Lei 8.666/93.	<b>Atendimento:</b> parcial
<b>4.7 Enquadramento por modalidade de licitação</b>  <b>Recomendação:</b> Atentar para que as contratações de bens e serviços de informática e automação considerados <b>comuns</b> sejam licitadas na modalidade pregão, preferencialmente, na forma eletrônica, conforme art. 9º, §1º do Decreto 7.174/2010.	<b>Atendimento:</b> total
<b>4.8 Formalidades do processo – formação de preço</b>  <b>Recomendação:</b> Faça constar nos autos dos processos a elaboração dos valores estimados pela área requisitante do objeto, a fim de justificar os valores orçados para que se possa realizar o correto enquadramento por modalidade de licitação.	<b>Atendimento:</b> total
<b>4.9 Formalidades do processo – justificativa da necessidade do objeto</b>  <b>Recomendação:</b> Faz-se necessário constar nos autos do processo a solicitação formal do setor requisitante com indicação da necessidade do objeto, descrição de forma sucinta e clara e elementos que permitam a sua caracterização, conforme inciso III do art. 26 da Lei 8.666/93.	<b>Atendimento:</b> parcial
<b>4.10 Formalidades do processo – ata, empenho e quantitativo do objeto</b>  <b>Recomendação 1:</b> Recomendamos que a Nota de Empenho seja anexada ao processo licitatório como prova da natureza da despesa.	<b>Atendimento:</b> parcial
<b>4.10 Formalidades do processo – ata, empenho e quantitativo do objeto</b>  <b>Recomendação 2:</b> Recomendamos que haja uma estimativa da quantidade de celulares a serem adquiridos por área demandante justificando a necessidade do objeto.	<b>Atendimento:</b> parcial
<b>4.11 Formalidades do processo – documentação</b>  <b>Recomendação:</b> Recomendamos que, de acordo com a Orientação Normativa nº 9 da AGU, a compra de vale transporte de empresas que apresentarem irregularidade fiscal e trabalhista seja examinada pela área jurídica da TRENURB e autorizada pela autoridade maior do órgão contratante, comunicando a situação de irregularidade ao agente arrecadador e à agência reguladora.	<b>Atendimento:</b> total

RECOMENDAÇÕES	ATENDIMENTO
<b>Relatório: 368/2015 – IQD</b>	
<p><b>4.1 UOs com deficiência de indicadores</b></p> <p><b>Recomendação:</b> Qualificar os critérios de avaliação do IQD das UOs para as próximas avaliações, fazendo com que a atribuição da nota máxima seja dada para a UO que atenda plenamente todos os requisitos estabelecidos na NPG-PLA-103, item 4.3.4.</p>	Atendimento: parcial
<p><b>4.2 Avaliação por membro vinculado à UO avaliada</b></p> <p><b>Recomendação:</b> Atentar ao disposto na NPG-PLA-103, item 4.3.4.1, fazendo com que nenhum representante do CQD avalie setores e gerências da diretoria ou superintendência às quais estejam vinculados ou representando, a fim de preservar o princípio da segregação de funções.</p>	Atendimento: parcial
<p><b>4.3 Divergência de avaliadores (DIREX – PRES)</b></p> <p><b>Recomendação:</b> Que as avaliações sejam realizadas em conformidade com o previsto no programa divulgado na etapa de instrução, abstenho-se de realizar avaliações em desacordo com o regulamento.</p>	Atendimento: total
<p><b>4.4 Forma de avaliação da UO PRES</b></p> <p><b>Recomendação:</b> Estabelecer regras claras de avaliação para a UO PRES, atualizando a NPG-PLA-103.</p>	Atendimento: total
<p><b>4.5 Forma de avaliação das Diretorias, Superintendências e Presidência</b></p> <p><b>Recomendação:</b> Reavaliar a fórmula de cálculo das notas do IQD das Diretorias, Superintendências e Presidência, analisando a possibilidade de que a nota seja composta em parte pela média das gerências subordinadas e em parte pela avaliação da gestão da própria UO.</p>	Atendimento: parcial
<p><b>4.6 Avaliação da Auditoria Interna</b></p> <p><b>Recomendação:</b> Que seja extinta a avaliação da unidade de Auditoria Interna do IQD da forma apresentada, tendo em vista que a participação da AUDIN como avaliada no processo limita a independência, a isenção e a imparcialidade na atuação da mesma, conforme previsto no art. 1º da Resolução 02/2010 da CGPAR.</p>	Atendimento: parcial
<p><b>4.7 Resultado dos IQD 2013 – formalização DIREX e GEREH</b></p> <p><b>Recomendação:</b> Anexar ao processo 1148/2013 a Ata da DIREX que aprovou o resultado do IQD e o envio das notas das áreas à GEREH para fins de Progressão Salarial por Mérito.</p>	Atendimento: total
<b>Relatório: 369/2015 – Folha de Pagamento</b>	
<p><b>4.1 Promoção por antiguidade</b></p> <p><b>Recomendação:</b> Recomendamos que a empresa realize tempestivamente a promoção por antiguidade a todos os empregados que preencherem os requisitos, em atendimento ao artigo 461, parágrafo 2º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e ao seu normativo interno, evitando assim o passivo trabalhista.</p>	Atendimento: parcial

RECOMENDAÇÕES	ATENDIMENTO
<p><b>4.2 Adicional de Quebra de Caixa</b></p> <p><b>Recomendação:</b> Que o evento 464 (Ajuda quebra de caixa) seja integrado à remuneração do empregado para todos os efeitos legais, visto que a verba tem natureza remuneratória, em conformidade ao artigo 457 da CLT e também com a finalidade de evitar aumento do passivo trabalhista.</p>	<p><b>Atendimento:</b> parcial</p>
<p><b>4.3 Pagamento habitual de horas extraordinárias</b></p> <p><b>Recomendação:</b> Recomendamos que a empresa avalie a real necessidade do registro do ponto antecipado todos os dias para fins de pagamento de horas extras.</p>	<p><b>Atendimento:</b> parcial</p>
<p><b>4.4 Eventos Gratificação de Função</b></p> <p><b>Recomendação:</b> Recomendamos a inclusão dos eventos 105 na base de cálculo do adicional noturno, de acordo com a súmula 264 – TST, do artigo 457 da CLT e também com a finalidade de evitar aumento do passivo trabalhista.</p>	<p><b>Atendimento:</b> parcial</p>
<p><b>4.5 Dados divergentes nos demonstrativos de pagamento</b></p> <p><b>Recomendação:</b> Recomendamos que os sistemas sejam ajustados a fim de refletir a realidade dos valores efetivamente pagos pela TRENURB aos seus funcionários.</p>	<p><b>Atendimento:</b> parcial</p>
<p><b>4.6 Evento 318 e 366</b></p> <p><b>Recomendação:</b> Recomendamos que a área se certifique da utilização correta dos códigos para a folha dos funcionários, pois para cada código existe a aplicação de um índice sobre a hora do empregado, fazendo com que sua hora seja majorada ou minorada.</p>	<p><b>Atendimento:</b> parcial</p>
<p><b>4.7 Atualizações dos manuais - SEPES</b></p> <p><b>Recomendação:</b> Recomendamos a atualização do manual NPG-FIN-201 com a finalidade de descrever as atividades que atualmente envolvem o setor de pessoal quanto à elaboração da folha de pagamento, visto que a validade e a credibilidade dos manuais encontram-se na razão direta de sua constante adequação às novas necessidades.</p>	<p><b>Atendimento:</b> parcial</p>
<p><b>4.8 Controles dos empregados cedidos</b></p> <p><b>Recomendação:</b> Recomendamos regularizar a situação mediante notificação aos órgãos que o servidor estiver exercendo as suas atividades e, caso não seja realizado o reembolso no prazo legal, aplicar o <u>§ 2º do art. 4º</u> do referido decreto: <i>O descumprimento do disposto no § 1º implicará o término da cessão, devendo o servidor cedido apresentar-se ao seu órgão de origem a partir de notificação pessoal expedida pelo órgão ou entidade cedente.</i></p>	<p><b>Atendimento:</b> parcial</p>

## 2.4 DECISÕES E RECOMENDAÇÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, CONSELHO FISCAL E OUTROS ÓRGÃOS DE REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA ATIVIDADE DA ENTIDADE

### 2.4.1 Conselho de Administração (CONSAD)

DECISÃO/RECOMENDAÇÃO	SANEAMENTO
<b>ATA 406 – 15/12/2014</b> 1. Aprovação do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAINT) 2015.	TOTAL
<b>ATA 407 – 26/01/2015</b> 1. Renúncia de conselheiro do Conselho de Administração da TRENURB (CONSAD), sra. Márcia Oliveira Gomes; 2. Renúncia do Diretor de Administração e Finanças, sr. Leonardo Hoff; 3. Aprovação do Relatório Anual de Atividade de Auditoria Interna (RAINT) 2014.	TOTAL
<b>ATA 408 – 06/03/2015</b> 1. Aprovação das Demonstrações Financeiras do Exercício 2014 encerrado em 31/12/2014 e do Relatório da Administração 2014; 2. Apresentação do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis de 31/12/2014; 3. Apresentação do relatório de Auditoria Interna 362/2014 – Balanço 31/12/2014.	TOTAL
<b>ATA 409 – 30/03/2015</b> 1. Apresentação do cronograma de entrega e disponibilidade operacional dos novos trens.	TOTAL
<b>ATA 410 – 08/05/2015</b> 1. Apresentação do relatório de Auditoria Interna 355/2015 – Contratos e Convênios; 2. Aprovação da alteração da estrutura organizacional da TRENURB (SEACOGAJUR); 3. Aprovação da 11. Edição do Regimento Interno (REI) da TRENURB.	TOTAL
<b>ATA 411 – 29/05/2015</b> 1. Aprovação da 12. Edição do Regimento Interno (REI) da TRENURB.	TOTAL
<b>ATA 412 – 03/07/2015</b> 1. Aprovação do Código de Ética da TRENURB; 2. Aprovação do Regimento Interno da Comissão de Ética da TRENURB; 3. Aprovação da 2ª. Edição do Plano de Apoio à Aposentadoria.	TOTAL
<b>ATA 413 – 17/05/2015</b> 1. Apresentação do relatório de Auditoria Interna 356/2014 – Receitas Operacionais e Comerciais; 2. Apresentação do relatório de Auditoria Interna 364/2015 – Contratos e Convênios.	TOTAL
<b>ATA 414 – 06/08/2015</b> 1. Eleição do novo Diretor de Administração e Finanças, sr. Adão Silmar de Fraga Feijó.	TOTAL
<b>ATA 415 – 18/08/2015</b> 1. Eleição do novo Diretor de Operações, sr. Roberto Damiani Mondadori.	TOTAL
<b>ATA 416 – 28/08/2015</b> 1. Apresentação do Acórdão 1809/2015 relativo à Prestação de Contas – Exercício 2011; 2. Apresentação do relatório de Auditoria Interna 361/2014 – Indicadores; 3. Apresentação do relatório de Auditoria Interna 360/2014 – Licitações e Compras; 4. Renúncia do conselheiro Ailton Jair Salazar Cavalheiro do CONSAD.	TOTAL
<b>ATA 417 – 29/09/2015</b> 1. Substituição de membro do CONSAD: renúncia da sra. Marcia Oliveira Gomes sendo nomeado o sr. Dario Rais Lopes; Renúncia do sr. Flávio Konzen, sendo nomeado sr. Alfonso Orlandi Neto. Renúncia do presidente sr. Carlos Antônio Vieira Fernandes, sendo nomeado o sr. Elton Santa Fé Zacarias; 2. Eleito o sr. Dario Rais Lopes como Presidente do CONSAD.	TOTAL

DECISÃO/RECOMENDAÇÃO	SANEAMENTO
<b>ATA 418 – 22/10/2015</b> 1. Apresentação do sistema de Avaliação da Alta Administração	TOTAL
<b>ATA 419 – 24/11/2015</b> 1. Apresentação do relatório de Auditoria Interna 357/2014 – Sinalização; 2. Apresentação do relatório de Auditoria Interna 358/2014 – Passivo Trabalhista; 3. Apresentação do relatório de Auditoria Interna 359/2014 – Gestão da Operação; 4. Apresentação do Acórdão 6695/2015 relativo ao julgamento das Contas do Exercício de 2012.	TOTAL
<b>ATA 420 – 21/12/2015</b> 1. Orçamentos 2015 / 2016; 2. Aprovação da proposta de alteração da estrutura de Funções e Empregos em Comissão; 3. Aprovação do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAINT) 2016.	TOTAL

#### 2.4.2 Conselho Fiscal (CONFIS)

DECISÃO/RECOMENDAÇÃO	SANEAMENTO
<b>ATA 410 – 23/1/2015</b> 1. Levantamento de necessidade de treinamento para membros da Auditoria Interna	TOTAL
<b>ATA 411 – 24/2/2015</b> 1. Apresentação do relatório de Auditoria Externa 1º Trimestre/2014; 2. Apresentação do relatório de Auditoria Externa 2º Trimestre/2014; 3. Apresentação do relatório de Auditoria Externa 3º Trimestre/2014.	TOTAL
<b>ATA 412 – 06/3/2015</b> 1. Aprovação do Balanço do exercício encerrado em 31/12/2014; 2. Aprovação do Relatório de Administração de 2014; 3. Aprovação dos Demonstrativos Contábeis e Notas Explicativas do Exercício de 2014; 4. Apresentação do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis de 2014; 5. Apresentação do relatório de Auditoria Interna 362/2014 – Balanço 31/12/2014; 6. Emissão do Parecer do Conselho Fiscal.	TOTAL
<b>ATA 413 – 24/4/2015</b>	NADA A DESTACAR
<b>ATA 414 – 18/5/2015</b> 1. Apresentação da REC-0002/2015-Remuneração dos Dirigentes; 2. Apresentação do Resumo do Relatório de Auditoria Interna 360/2014 - Licitações e Compras; 3. Apresentação do Resumo do Relatório de Auditoria Interna 361/2014 - Indicadores.	TOTAL
<b>ATA 415 – 29/6/2015</b>	NADA A DESTACAR
<b>ATA 416 – 20/7/2015</b> 1. Apresentação Acórdão TCU 1809/2015 – Prestação de Contas 2011.	TOTAL
<b>ATA 417 – 28/8/2015</b> 1. Apresentação do Resumo e Relatório de Auditoria Interna nº 355/2014 - Contratos e Convênios.	TOTAL
<b>ATA 418 – 28/9/2015</b> 1. Relatório de Auditoria Interna 357/2014 – Sinalização; 2. Resumo do Relatório de Auditoria Interna 358/2014 - Passivo Trabalhista.	TOTAL



DECISÃO/RECOMENDAÇÃO	SANEAMENTO
<b>ATA 419 – 26/10/2015</b> 1. Apresentação do Relatório de Auditoria Interna 356/2014 - Receitas Comerciais e Operacionais e seu respectivo Quadro Resumo; 2. Apresentação do Relatório de Auditoria Interna 359/2014 - Gestão da Operação e seu respectivos Quadro Resumo.	TOTAL
<b>ATA 420 – 23/11/2015</b> 1. Apresentação de Informação sobre o Planejamento Orçamentário Frente ao Cenário de Contingenciamento.	TOTAL
<b>ATA 421 – 10/12/2015</b> 1. Apresentação do relatório de Auditoria Externa 1º Trimestre/2015; 2. Apresentação do relatório de Auditoria Externa 2º Trimestre/2015; 3. Apresentação do Acórdão 6595/2015; 4. Relatório Referente ao Julgamento das Contas do Exercício 2012.	TOTAL

### 2.4.3 Auditoria externa (Maciel Auditores S/S)

PROCESSO: 2705/2015

ASSUNTO: **Resumo Relatório 1º Trimestre 2015 - Auditoria Externa**

RECOMENDAÇÃO	MANIFESTAÇÃO DA ÁREA
<b>1.3 APLICAÇÃO FINANCEIRA DE LIQUIDEZ IMEDIATA</b>  <b>Recomendação:</b> Recomendamos conciliar a conta contábil para identificar a origem das diferenças apresentadas no quadro anterior e providenciar os registros contábeis necessários para regularização das mesmas.	<b>Atendimento:</b> total
<b>2.3 CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A RECOLHER SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO</b>  <b>Recomendação:</b> Recomendamos conciliar a conta contábil FGTS a Recolher para verificar o saldo contábil devedor apresentado no balancete de março de 2015 e providenciar os registros contábeis para regularização.	<b>Atendimento:</b> total
<b>2.6 PROVISÃO PARA PROCESSOS JUDICIAIS</b>  <b>Recomendação:</b> Recomendamos analisar a situação deste processo, efetuando os ajustes contábeis necessários para solução desta inconsistência. Recomendamos ainda que se faça uma análise criteriosa em cada processo para verificar a real situação de cada um para identificação de outros processos que devam ser baixados dos relatórios da assessoria jurídica e da contabilidade da auditada.	<b>Atendimento:</b> total

PROCESSO: 2890/2015

ASSUNTO: **Resumo Relatório 2º Trimestre 2015 - Auditoria Externa**

RECOMENDAÇÃO	MANIFESTAÇÃO DA ÁREA
<b>1.1 ATIVO IMOBILIZADO</b>  <b>Recomendação:</b> Tendo em vista que a Empresa está programando para o próximo ano a substituição do atual sistema, recomendamos que fosse feito um trabalho para recompor os saldos do relatório de controle patrimonial e novamente se tenha neste relatório a expresse fiel do saldo das depreciações acumuladas dos bens.	<b>Atendimento:</b> parcial

RECOMENDAÇÃO	MANIFESTAÇÃO DA ÁREA
<b>1.1 ATIVO IMOBILIZADO CPC27</b>  <b>Recomendação:</b> Apesar das diferenças entre o Balancete e o Relatório patrimonial estarem conciliadas, somos de opinião de que tais valores deveriam ser registrados nas devidas contas, eliminando assim estas pendências.	<b>Atendimento: parcial</b>
<b>1.2 ATIVO INTANGÍVEL</b>  <b>Recomendação:</b> Em virtude do Sistema ERP não estar operando, pois está em fase de implantação, recomendamos que os valores pagos até 30 de junho de 2015 no montante de R\$ 2.060.000,00 seja transferido para uma conta de Intangível em Formação e quando o Sistema estiver em operação passe então a compor o saldo da conta de Softwares.	<b>Atendimento: total</b>
<b>2.1 ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL</b>  <b>Recomendação:</b> Diante do exposto, em nosso entendimento, face a legislação examinada, recomendamos, a manutenção dos aportes feitos pela União a título de adiantamento para futuro aumento de capital no PATRIMÔNIO LÍQUIDO, a fim de obediência as normas contábeis, e também, por interpretarmos que melhor traduz a essência da operação efetuada.	<b>Atendimento: total</b>

PROCESSO: 0099/2016

ASSUNTO: **Resumo Relatório 3º Trimestre 2015 - Auditoria Externa**

RECOMENDAÇÃO	MANIFESTAÇÃO DA ÁREA
<b>1.1. ADIANTAMENTO A FORNECEDORES</b>  <b>Recomendação:</b> A auditada, através do departamento de contas a pagar, deverá entrar em contato com os fornecedores elencados na tabela anterior, a fim de regularizar as pendências demonstradas.	<b>Atendimento: parcial</b>
<b>2.2 TRIBUTOS RETIDOS DE TERCEIROS</b>  <b>Recomendação:</b> A auditada deverá analisar os valores pendentes de recolhimento, com o objetivo de regularizar os saldos contábeis. Visto a existência de valores pendentes de pagamento referentes ao exercício de 2009.	<b>Atendimento: parcial</b>
<b>2.2 TRIBUTOS RETIDOS DE TERCEIROS</b>  <b>Análise individual em notas fiscais</b>  <b>Recomendação:</b> Recomendamos a revisão dos demais serviços pagos a este fornecedor no qual o ISS foi recolhido aos cofres do município de Canoas, bem como o ajuste em seu banco de dados da alíquota vigente para o município de Canoas. Também recomendamos que a empresa avalie a possibilidade de reaver os valores recolhidos a maior junto à prefeitura de Canoas, bem como ressarcir o fornecedor quanto à retenção a maior realizada sobre o serviço tomado.	<b>Atendimento: parcial</b>

RECOMENDAÇÃO	MANIFESTAÇÃO DA ÁREA
<p><b>2.2 TRIBUTOS RETIDOS DE TERCEIROS</b></p> <p><b>DCTF x DARF'S Recolhidos</b></p> <p><b>Recomendação:</b> Recomendamos que a empresa analise a diferença identificada no confronto realizado com a DCTF; Recomendamos averiguar o fato bem como retificar o arquivo transmitido para a Receita Federal ou realizar um REDARF retificando o Período de Apuração caso houver necessidade.</p>	<p><b>Atendimento:</b> parcial</p>

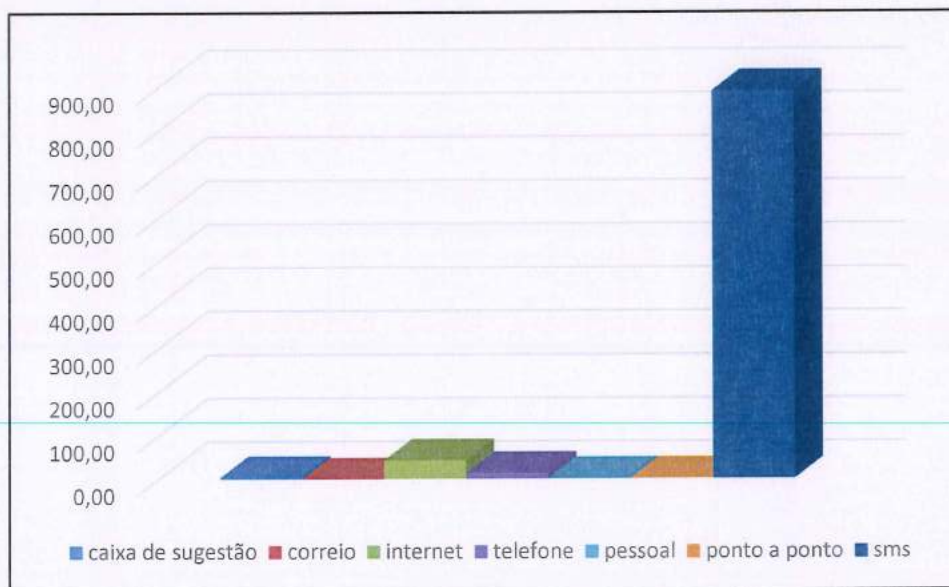
## 2.5 DEMANDAS RECEBIDAS PELA CENTRAL DE ATENDIMENTO AO USUÁRIO

A TRENSURB não possui um serviço de Ouvidoria típico, e sim uma Central de Atendimento ao Usuário (CAU), localizada no saguão do Prédio Administrativo, junto ao Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), que tem um papel de extrema relevância dentro do mapa estratégico da Empresa. A Central de Atendimento reúne todas as “entradas” dos canais de relacionamento com seus clientes, organizando e tabulando todos dados referentes as sugestões, reclamações e elogios. É através dela que são recebidos os e-mails, através do formulário padrão no sítio da empresa ou o e-mail padrão, telefones convencional ou “ponto a ponto”, assim como as interações feitas pelas redes sociais (*twitter, facebook, blog*). O chamado “ponto a ponto” são telefones disponíveis em todas as estações – ligação gratuita – que é atendido em tempo real pela Central de Atendimento ao Usuário.

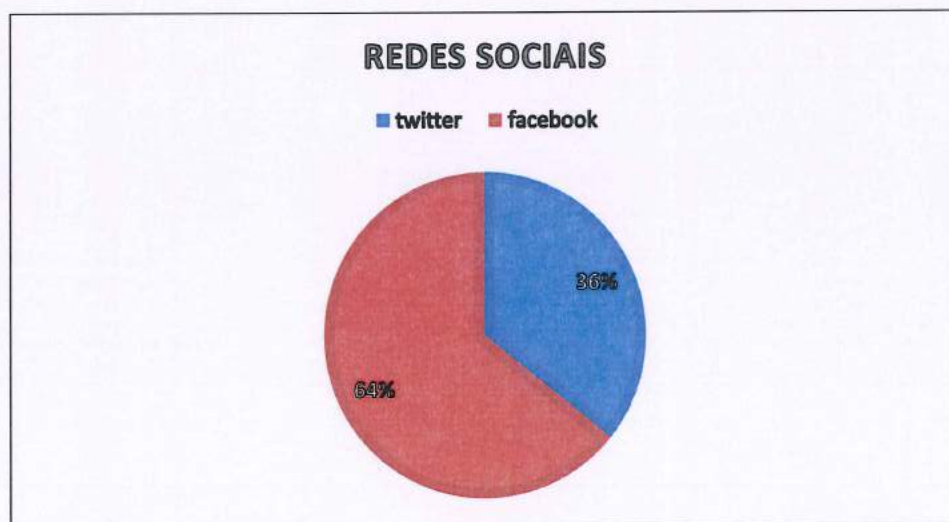
A Central conta com dois empregados capacitados para atender o público, sendo ele usuário ou não, treinados pela área de comunicação da empresa, além de estagiários de Relações Públicas, cumprindo expediente das 07h às 20h nos dias úteis.

Desde 2010 a TRENSURB possui um sistema de SMS para denúncia de irregularidades no metrô. O serviço de SMS está disponível 24 horas por dia no número (51) 8463-9863, onde a mensagem é recebida pelo Centro de Controle de Segurança (CCS), que providencia a intervenção dos agentes de segurança mais próximos ao local do chamado. Quando a situação não tem solução imediata, o relato é transformado em carta e encaminhado à área responsável para a devida providência. O ano de 2015 registrou 890 mensagens SMS.

Em 2015 foram atendidas 3.789 cartas, um acréscimo de 15,17% comparando-se com 2014 quando foram 3.290 cartas. Abaixo o gráfico de demanda em percentual por origem das cartas (canal):



Fonte: GECIN (2015)



Fonte: GECIN (2015)

Abaixo apresentamos tabela contendo, por quantitativo, as cinco principais reclamações relativas ao ano de 2015:

Principais reclamações – 2015	
Escada Rolante Parada	115
Embarque e Desembarque	112
Mendicância nos trens/estações	103
Trem Série 200 – Reclamação	103
Aviso Sonoro trens/estações	102

Fonte: GECIN (2015)

Salientamos que as demandas recebidas são encaminhadas, via sistema eletrônico (*Lotus Notes*), aos setores responsáveis, onde são analisadas individualmente pela chefia, que devolve à Central de Atendimento com a devida resposta e encaminhamento da solução do problema. O tempo de resposta em 2015 foi de aproximadamente 2,54 dias.

No ano de 2015, a CAU recebeu 14.566 ligações telefônicas. Esses contatos (informações, reclamações e sugestões) são respondidos imediatamente ou na medida em que são respondidas pelas áreas afins. Também esses contatos via telefone são registrados como “cartas” e encaminhadas, via sistema informatizado, aos setores responsáveis para análise e providências.

Também em 2015 houve a consolidação da TRENURB nas redes sociais, pelo *Twitter* e pela página oficial no *Facebook*, onde tivemos a informação em tempo real, além do monitoramento e da proatividade nos *posts*. A página TRENURB oficial no *Facebook* foi implementada em 15 de julho de 2013 sendo que, até o dia 31 de dezembro 2015, foram registrados 59.853 curtidas na página. A média de visualização diária da página foi de 14.374, atingindo um pico de 91.842 no dia 15 de outubro de 2015. A média mensal atingiu 433,139 visualizações. Já no *microblog Twitter*, a conta TRENURB, criada em agosto de 2009, somou em 2015, 33.373 “seguidores”.

## 2.6 DENÚNCIAS RECEBIDAS DIRETAMENTE PELA ENTIDADE

No ano de 2015 não houve registro de denúncias recebidas diretamente pela empresa.

## 2.7 OBRIGAÇÕES LEGAIS EM RELAÇÃO ÀS ENTIDADES DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

### 2.7.1 Identificação da entidade

Razão Social: BB Previdência - Fundos de Pensão Banco do Brasil  
CNPJ: 00.544.659/0001-09

### 2.7.2 Identificação do plano de benefícios

Nome: TRENURB PREV  
CNPB: 2002.0005-65  
Cadastro Nacional de Planos de Benefícios

### 2.7.3 Quadro demonstrativo (jan./2015 a dez./2015)

ITEM	VALOR
Valor da folha de pagamento dos empregados participantes	R\$ 17.459.093,91
Valor total das contribuições pagas pelos empregados participantes	R\$ 1.383.023,88
Valor total das contribuições pagas pela patrocinadora (incluindo as contribuições referentes ao tempo de serviço passado do participante)	R\$ 1.280.695,30
Valor total de outros recursos repassados pela patrocinadora	R\$ 0,00

### 2.7.4 Discriminação da razão ou motivo de repasse de recursos que não sejam contribuições

Os recursos repassados pela patrocinadora se referem apenas a contribuições normais e de tempo de serviço passado, não existindo, portanto, outros recursos que não sejam contribuições.

### 2.7.5 Saldo das aplicações (dez./2015)

R\$ 41.058.027,00

### 2.7.6 Manifestação da Secretaria de Previdência Complementar

Registramos que a Secretaria de Previdência Complementar foi extinta, sendo substituída, no que diz respeito às ações de supervisão, pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), também vinculada ao Ministério da Previdência Social.

Sobre a requerida manifestação, informamos que a PREVIC não se manifesta acerca dos planos. Compete à PREVIC aprovar processos de implantação de planos, alterações regulamentares, ingresso e saídas de patrocinadoras, etc.

### 2.7.7 Parecer da auditoria independente

Relatório dos auditores independentes (TEIXEIRA & ASSOCIADOS Auditores Independentes CRC-MG 5.194) sobre as demonstrações contábeis referentes a 2014:

#### Opinião

Em nossa opinião, as Demonstrações Contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da BB Previdência Funda de Pensão do Banco do Brasil e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2014 e o desempenho consolidado e por plano de benefícios de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPIC).

O Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis referentes a 2015, o prazo estabelecido para conclusão dos trabalhos e entrega do Parecer à BB Previdência é no mês de março de 2016. Portanto não se tem no momento do fechamento deste Relatório Anual, o Parecer.

### 3 RELATO GERENCIAL SOBRE A GESTÃO DE ÁREAS ESSENCIAIS COM BASE NOS TRABALHOS REALIZADOS

No exercício de 2015, com relação ao cumprimento das metas, a Gerência de Planejamento, área responsável pelo acompanhamento das metas e avaliações dos indicadores de desempenho e a Gerência de Orçamento e Finanças apresentaram as informações sobre o cumprimento das metas, conforme análise.

#### 3.1 CUMPRIMENTO DAS METAS PREVISTAS NO PLANO PLURIANUAL (PPA) E NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (LDO)

##### Programas:

- 0901 – Operações Especiais - Cumprimento de Sentenças Judiciais  
Objetivo Geral: Cumprimento de Sentenças Judiciais.
- 0909 – Pensões Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões
- 2116 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Cidades  
Objetivo Geral: Gestão e Manutenção.

##### Ações:

- 2004 - Assistência Médica e Odontológica  
Objetivo Específico: Proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas condições para manutenção da saúde física e mental.
- 2010 - Assistência Pré-Escolar  
Objetivo Específico: Oferecer aos servidores, durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes, conforme art. 3º do Decreto 977, de 10/11/93.
- 2011 - Auxílio Transporte  
Objetivo Específico: Efetivar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, bem como aquisição de vale-transporte para os empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista integrantes do orçamento fiscal e da seguridade social, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa, de acordo com a Lei nº 7.418/85 e alterações, e Medida Provisória nº 2.165-36, de 23 de agosto de 2001.

- 2012 - Auxílio Alimentação

Objetivo Específico: Conceder o auxílio-alimentação, sob a forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado, aquisição de vale ou ticket alimentação ou refeição ou manutenção de refeitório.

- 2000 – Administração da Unidade

Objetivo Específico: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

- 00M1 - Benefícios Assistenciais Decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade

Objetivo Específico: Conceder aos empregados e a seus dependentes auxílio funeral e natalidade.

- 20TP – Pagamento de Pessoal Ativo da União

Objetivo Específico: Pagamento de espécies remuneratórias devido aos servidores e empregados ativos civis da União.

- 2843 - Funcionamento dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros

Objetivo Específico: Garantir o funcionamento com qualidade dos sistemas de trens urbanos de Recife, Belo Horizonte, Salvador, João Pessoa, Maceió, Natal e Porto Alegre, otimizar o atual padrão de serviço e atender as condições de acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência, obedecendo aos padrões técnicos estabelecidos de segurança e confiabilidade.

- 4641 - Publicidade de Utilidade Pública

Objetivo Específico: Informar, orientar, avisar, prevenir ou alertar a população ou segmento da população para adotar comportamentos que lhe tragam benefícios sociais reais, visando melhorar a sua qualidade de vida.

- 6438 - Capacitação de Recursos Humanos para Transportes Coletivos Urbanos

Objetivo Específico: Capacitar e treinar empregados com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, da produtividade em suas atribuições, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.

- 0536 – Pensões Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais

Objetivo Específico: Pagamento de condenações pecuniárias vincendas a cargo de empresas públicas ou sociedades de economia mista, nos casos em que as sentenças que as originaram não se enquadrarem como precatórios ou sentenças de pequeno valor.



• 0022 - Cumprimento de Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais  
Objetivo Específico: pagamento de decisões judiciais relativas a sentenças transitadas em julgado devidas por Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista.

• 8785 – Gestão e Coordenação do Programa e Aceleração do Crescimento

Esses gastos compreendem as seguintes despesas em apoio à implementação do PAC: serviços administrativos; aquisição, manutenção e uso de frota veicular; aquisição de mobiliário, tecnologia da informação (contratação de serviços, aquisição de hardware e software); sistemas de informações gerenciais; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); capacitação de agentes envolvidos com a viabilização dos empreendimentos, serviços de consultoria técnica, pesquisa de satisfação e monitoramento e avaliação da implantação e funcionamento dos empreendimentos e demais atividades necessárias à gestão dos empreendimentos do PAC, no âmbito do próprio Órgão e/ou em parceria com outras entidades do Governo Federal. Constituir um centro de custos para contabilizar os gastos com a gestão do Programa de Aceleração do Crescimento- PAC, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do PAC.

Metas Físicas e Financeiras previstas na Lei Orçamentária

Ação	Descrição	Metas Físicas	Metas Financeiras (RS)
2004	Assistência Médica e Odontológica	2120	3.795.804
2010	Assistência Pré-Escolar	169	468.000
2012	Auxílio-Alimentação	1048	7.921.537
2011	Auxílio-Transporte	116	840.000
00M1	Benefícios Assistenciais Decorrentes do Auxílio Funeral e Natalidade	----	21.204
2843	Funcionamento dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros	196.258	78.790.960
20TP	Pagamento de Pessoal Ativo da União	----	102.945,684
2000	Administração da Unidade	----	16.197.271
4641	Publicidade de Utilidade Pública	----	1.000.000
6438	Capacitação de Recursos Humanos para Transportes Coletivos Urbanos	900	500.000
0022	Cumprimento de Sentença Judicial Devida por Empresas Estatais	----	28.500.000
0536	Pensões Decorrentes de Legislação e/ou decisões	----	80.136
14TS	Adequação dos Sist. de Trens Urb. de POA-RS à Acessibilidade Universal	1	311.769
8785	Gestão e Coordenação do Programa de Aceleração do crescimento – Descentralização do MC	----	15.311.769

Metas Financeiras realizadas

Ação	Descrição	Dotação Orçamentária Final	Orçamento Executado	% Executado
<b>PESSOAL E BENEFÍCIOS</b>		<b>141.798.428</b>	<b>138.905.635</b>	<b>97,96%</b>
2004	Assistência Médica e Odontológica	6.509.703	6.374.505	97,92%
2010	Assistência Pré-escolar	533.000	522.872	98,10%
2012	Auxílio Alimentação	9.731.537	9.731.537	100,00%
2011	Auxílio Transporte	840.000	463.046	55,12%
00M1	Benefícios Assistenciais Decorrentes do Auxílio Funeral e Natalidade	0	0	0,00%
20TP	Pagamento de Pessoal Ativo da União	124.184.188	121.813.675	98,09%
<b>SENTENÇAS JUDICIAIS</b>		<b>30.715.539</b>	<b>29.289.275</b>	<b>95,36%</b>
0022	Cumprimento de Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais	30.634.903	29.209.115	95,34%
0536	Pensões Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões	80.636	80.160	99,41%
<b>OUTROS CUSTEIOS</b>		<b>108.238.231</b>	<b>107.288.590</b>	<b>99,12%</b>
2843	Funcionamento dos Sistemas de Trens Urbanos de Porto Alegre-RS	76.990.960	76.990.951	99,99%
4641	Publicidade de Utilidade Pública	700.000		0,00%
6438	Capacitação de Recursos Humanos para Transportes Coletivos Urbanos	350.000	100.368	28,68%
8785	Gestão e Coordenação d Programa de Aceleração do crescimento – Descentralização do MC	15.000.000	15.000.000	100,00%
2000	Administração da Unidade	15.197.271	15.197.271	100,00%
<b>INVESTIMENTOS</b>		<b>3.873.538</b>	<b>3.873.538</b>	<b>100,00%</b>
2843	Funcionamento dos Sistemas de Trens Urbanos de Porto Alegre-RS	2.250.000	2.250.000	100,00%
2000	Administração da Unidade	1.000.000	1.000.000	100,00%
8785	Gestão e Coordenação d Programa de Aceleração do crescimento – Descentralização do MC	311.769	311.769	100,00%
14TS	Adequação dos Sistemas de Trens à Acessibilidade Universal	311.769	311.769	100,00%
<b>TOTAL</b>		<b>284.625.736</b>	<b>279.357.038</b>	<b>98,15%</b>

## Avaliação crítica dos resultados alcançados

A Lei Orçamentária Anual nº 13.115, de 20 de Abril de 2015, estimou a receita e fixou a despesa para a TRENURB no montante de R\$ 241.372.365, para o exercício de 2015. No decorrer do ano com as movimentações ocorridas no orçamento oriundas de créditos suplementares, remanejamentos, descentralizações e cancelamentos de crédito, obteve-se um limite orçamentário disponível de R\$ 284.625.736, do qual foram executados o montante de R\$ 279.357.038, ou seja, um percentual de 98,15% do orçamento disponibilizado.

Em relação a despesa orçamentária executada no exercício relata-se o seguinte:

Os recursos alocados para as despesas com Pessoal e Encargos foram utilizados de forma a atender todas as demandas propostas para o ano. A dotação inicial de R\$ 102.945.684,00, não foi suficiente, para tanto, foi necessário a solicitação de créditos adicionais, os quais totalizaram um montante de R\$ 21.238.504, que somados a dotação inicial totalizaram um percentual de 98,09% de utilização.

Para a Ação Assistência Médica, a Lei Orçamentária autorizou o valor de R\$ 3.795.804,00, recurso insuficiente para atender as despesas programadas para esta ação no exercício, sendo necessário a realização de pedidos de créditos adicionais, que somaram R\$ 2.713.899. Do limite disponibilizado, foi executado o percentual de 97,92% dos recursos.

Para as despesas com a ação Auxílio Creche, também foi solicitado crédito suplementar no valor de R\$ 65.000,00, que foi suficiente para o atendimento das demandas apresentadas.

O crédito aprovado para a ação Auxílio Alimentação de R\$ 7.921.537,00, teve que ser suplementado em R\$ 1.810.000,00, para que a Empresa pudesse honrar os compromissos assumidos com fornecedores que prestadores do serviço.

A dotação para a ação Auxílio Transporte não necessitou de créditos adicionais, se mostrou satisfatória no atendimento das despesas no exercício.

Da dotação orçamentária disponibilizada, incluindo os créditos adicionais, para o pagamento de sentenças judiciais, foi executado um percentual de 98,15% do orçamento. Incluem-se nesse percentual, as despesas com depósitos recursais que somaram um total de R\$ 2.164.487,00, as sentenças devidas por empresas estatais no valor de R\$ 27.044.628 e as pensões decorrentes de legislação especial no valor de R\$ 80.160,00.

## CUSTEIO

Quanto às demais despesas de custeio, o percentual alcançado na execução orçamentária foi de 99,12%. Considerando-se que do limite de R\$ 96.800.000,00, R\$ 4.700.000,00 somente foram liberados em dezembro, a execução das despesas de custeio atingiram 100,00% de execução, pois só restaram saldos nas ações de Capacitação onde não houve tempo para contratação de treinamento aos empregados e Publicidade onde não foi finalizado o certame licitatório para contratação de agência de publicidade. Esta execução em 100%, se deve a dotação ser insuficiente e também pelo aumento nos valores das tarifas de energia elétrica. Foi necessário aporte de recursos por parte do Ministério das Cidades no valor de R\$ 15.000.000,00, que atendeu grande parte do déficit orçamentário, deixando mesmo assim, despesas a serem quitadas com o orçamento de 2016.

Neste grupo de despesas enquadram-se as seguintes ações:

- Funcionamento dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros: Esta ação atingiu 100,00% de execução. Muito em virtude dos poucos recursos aprovados na Lei Orçamentária.
- Publicidade de Utilidade Pública: Nesta ação ocorreu um remanejamento de crédito para a ação Funcionamento dos Sistemas no valor de R\$ 300.000,00, haja vista o contrato de publicidade não haver sido homologado.



- Capacitação de Recursos Humanos: Com a expectativa de não liberação do limite contingenciado, deixou-se de executar esta ação para aumentar o limite de outras. Como não havia perspectiva de liberação, optou-se por remanejar R\$ 150.000,00, para ação de funcionamento dos sistemas. O percentual de execução atingiu 28,68%.
- Administração da Unidade: Utilizou-se 100,00% da dotação orçamentária, também em função da dotação autorizada ser insuficiente para atender todas as despesas.
- Gestão e Coordenação do Programa de Aceleração do crescimento – PAC: Os recursos desta ação foram utilizados em sua totalidade. Provém de descentralização do Ministério das cidades a pedido da empresa para diminuir o déficit orçamentário, causado principalmente pelo aumento nas tarifas de energia elétrica.

## INVESTIMENTO

No que diz respeito aos investimentos, o percentual alcançado na execução do orçamento foi de 100,00%, que compreende as ações:

- Funcionamento dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros: Nesta ação os valores aprovados, foram utilizados em sua maior parte na compra de equipamentos e serviços utilizados na manutenção do sistema metroferroviário.
- Administração da Unidade: Os recursos disponibilizados para esta ação foram utilizados em sua maior parte na aquisição de softwares e na contratação de um novo sistema de ERP a ser implantado na empresa.
- Adequação dos Sistemas de Trens Urbanos de Porto Alegre à Acessibilidade Universal: Com dotação muito abaixo da necessidade real, nesta ação somente foi possível utilizar os recursos para dar início aos trabalhos de aquisição de novas escadas rolantes para estação São Leopoldo.
- Gestão e Coordenação do Programa de Aceleração do crescimento – PAC: Os recursos desta ação foram utilizados em sua totalidade. Provém de descentralização do Ministério das cidades e foram necessários para a compra de licenças necessárias para a implantação do novo sistema de ERP adquirido pela empresa.

O desempenho das ações de investimento é diretamente comprometido pela falta de recursos orçamentários, uma vez que TRENURB para se adequar a disponibilidade orçamentária é obrigada a priorizar as despesas já contratadas e em execução restando pouco espaço para novas contratações.

## 3.2 AVALIAÇÃO DOS INDICADORES DE DESEMPENHO

Por meio do planejamento estratégico são apresentados os indicadores que permitem o acompanhamento dos resultados e metas institucionais, objetivando a avaliação do desempenho da Empresa, auxiliando e direcionando a sua estratégia com vistas a atingir sua visão.

Através da Resolução da Diretoria Executiva RED0007/2012 implantou-se o Sistema de Gestão baseado em Indicadores de Desempenho, consolidando-o como seu modelo de gestão. Seu objetivo é medir, avaliar e melhorar os resultados visando ampliar a sustentabilidade econômico-operacional da empresa.

Este modelo consiste em estabelecer um padrão de controle, acompanhamento, análise e apresentação dos dados dos grupos de indicadores que o compõe. É representado em tipos e subtipos, sendo este último, a representação dos quatro grupos de indicadores que envolvem todos os níveis da estrutura organizacional, conforme figura.



Fonte: SEPLA (2015)

Na sequência apresentam-se os conceitos da classificação adotada.

- **INDICADORES FINANCEIROS:** Correspondem ao conjunto de contas contábeis e seus desdobramentos utilizados no cálculo da Taxa de Cobertura Operacional (TCO). Este indicador de desempenho, TCO, quantifica a sustentabilidade econômica da empresa, relacionando receitas próprias e as despesas de funcionamento. Estão classificados em dois grupos:

- a) Indicadores financeiros de receitas e despesas de custeio; e
- b) Indicadores financeiros de despesas de pessoal.

- **INDICADORES OPERACIONAIS:** Correspondem aos indicadores que medem a qualidade do serviço ofertado cujo foco é a satisfação do usuário.

- **INDICADORES DE GESTÃO:** Correspondem aos indicadores cujo objetivo é avaliar o processo de gestão.

Cada indicador possui metas, nas quais são estabelecidas no início do ano pelas áreas e aprovadas em Diretoria Executiva. A partir do desempenho dos indicadores, e para que as suas metas possam ser alcançadas, são definidos planos de ação e/ou projetos.

### **Monitoramento**

Os gestores das UO's realizam o monitoramento dos indicadores através da ferramenta de Business Intelligence (BI), tecnologia que permite aos usuários analisar bases de dados para acessar informações estratégicas, ajudando o gestor na tomada de decisões.

Pela utilização do BI, se obtêm uma análise das informações distribuídas através de estruturas multidimensionais e relatórios estáticos, comparações de períodos históricos, além de permitir a inclusão de valores e a análise dos indicadores de gestão da empresa.

### **Modelo de avaliação**

É utilizando a metodologia de avaliar os resultados por indicadores de desempenho que a TRENSURB afirma seu compromisso com as Diretrizes Governamentais e com a sociedade pela eficiência no serviço prestado. Para apoiar a implantação do sistema de gestão baseado em indicadores de desempenho, foi instituído em junho de 2012 pela Resolução da Presidência REP00201/2012 o Comitê de Qualidade e Desempenho.

### **Comitê de Qualidade e Desempenho (CQD)**

Sua finalidade principal é subsidiar a Diretoria Executiva na definição dos IQD's (Índices de Qualidade e Desempenho) das unidades organizacionais, bem como prestar assessoria e acompanhar o processo de implantação do Sistema de Gestão Baseado em Indicadores de Desempenho, visando garantir a melhoria contínua e o atendimento das metas empresariais.

O Comitê possui caráter estratégico e está dividido em coordenação, avaliadores e facilitadores. Cada qual possui atribuições conjuntas e específicas para apoiar o gestor e a unidade organizacional na implementação de uma sistemática regular continuada.

### **Índice de Qualidade e Desempenho (IQD)**

O IQD das unidades organizacionais representa o desenvolvimento das práticas de gestão conforme descritas no Programa Pró-Qualidade e Desempenho. A implementação dos indicadores consiste em diversas ações por parte do gestor, as quais destacamos: desdobramentos, medições, análise crítica e ações corretivas.

## **3.3 AVALIAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS ADMINISTRATIVOS**

As auditorias realizadas permitiram avaliar alguns controles internos específicos nas áreas auditadas, sendo que, quando necessário, foram feitas as devidas recomendações.

## **SOFTWARE DE GESTÃO DE RH**

Em junho de 2014 foi assinado o contrato com a empresa TRS Gestão e Tecnologia S/A, vencedora do processo de concorrência 001/2014 para implantação do sistema RM TOTVS, software de Gestão de Recursos Humanos em substituição do SIGAM WEB, o qual ficou vigente até junho de 2015. Atualmente, já estão em plena operação os módulos de Folha de Pagamento e Controle de Frequência e em fase de implantação encontra-se o módulo de Benefícios.

O projeto tem a previsão de ser finalizado em até junho de 2016, onde contará com os módulos de Folha de Pagamento, Controle de Frequência, Benefícios, Treinamento e Desenvolvimento, Avaliação de Desempenho, Gestão de Salários, Segurança do Trabalho, Saúde Ocupacional e Portal de Acesso ao Empregado.

### **Sistema de indicadores *Business Intelligence* (BI)**

O sistema de gestão de indicadores Business Intelligence (BI) foi implantado em out./2014 em substituição ao Sistema de Gestão Estratégica (SGE).

Trata-se de uma tecnologia que permite à empresa transformar dados armazenados em informações significativas. Permite aos usuários analisar bases de dados para acessar informações estratégicas, ajudando a organização a tomar decisões estratégicas.

O Sistema BI Cognos está sendo utilizado pelas UO's desde o segundo semestre de 2014, trazendo benefícios como maior agilidade na consolidação das informações, maior confiabilidade dos dados e, principalmente, concentrando as informações em um único lugar, diminuindo a utilização de informações em paralelo.

### **PLACOMP - Sistema de Gestão Empresarial (ERP)**

Como principal ferramenta de gestão, destaca-se o sistema Placomp, que trata-se de um software de controle, registro e gerenciamento das transações comerciais, financeiras, contabilidade, patrimônio e estoques, as quais fazem parte das rotinas administrativas da organização. Este sistema foi implantado em 1995 e foram realizadas diversas atualizações ao longo do tempo para adequá-lo as necessidades administrativas da Trensurb, e também, as obrigações legais as quais a empresa está submetida. Contudo, desde as mudanças mais atuais da legislação nas demonstrações contábeis e fiscais e, com a publicação da Lei nº 11.638 de 2007 e, posteriormente, com a edição da Medida Provisória nº 449 de 2008 (convertida na Lei nº 11.941/2009), esta ferramenta apresentou dificuldade de adaptação, não atendendo de forma plena as necessidades da empresa.

Para otimizar o controle patrimonial, em 2012 foram adquiridas licenças do sistema Sispro e realizada a migração dos módulos de gestão de bens e imóveis da Trensurb.

Em 2014, a TRENURB, com objetivo de substituir o sistema utilizado, licitou-se a aquisição de serviços de implantação, customização (novos desenvolvimentos), parametrização, treinamento e suporte técnico operacional pós-implantação de Sistema de Gestão Empresarial – ERP (*Enterprise Resource Planning*) Microsoft Dynamics. Em dezembro de 2014 foi assinado o contrato com a empresa RGM através do Pregão 208/2014 e sua Ordem de Início de Serviço (OIS) foi emitida em 19/01/2015. O projeto tem a previsão de 12 meses para implantação que findará em 18/01/2016 e 2 meses para a fase de operação assistida.

### 3.4 REGULARIDADE DOS PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS COM A IDENTIFICAÇÃO DOS PROCESSOS RELATIVOS À DISPENSA E INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Estão apresentados abaixo apenas os processos auditados no exercício 2015. Quanto à regularidade dos processos, as recomendações formuladas pela auditoria em relação a cada processo examinado encontram-se registradas nos Relatórios de Auditoria, que foram objeto de exame e providências por parte dos gestores.

#### 3.4.1 Dispensa

##### Nº ordem: 1

**Processo:** 0167/2015

**Objeto:** Contratação de frete.

**Valor:** R\$ 6.500,00

**Fundamentação:** Art. 24, II, Lei 8.666/93

**Responsável:** Pedro Zottis Neto – CPF: 955.456.460-00

**Vencedor:** Transportadora Nova Capital Ltda

**CNPJ:** 17.176.454/0001-10

##### **Demais participantes:**

ID Cargo Brasil Ltda

CNPJ 20.306.967/0001-03

Rápido Transpaulo Ltda

CNPJ 88.317.847/0001-45

MLOG Mudanças e Transportes Ltda

CNPJ 11.470.265/0001-70

Cabana Mudanças Transportes

CNPJ 04.493.681/0001-28

**Avaliação:** Regular

##### Nº ordem: 2

**Processo:** 0091/2015

**Objeto:** Contratação de empresa para instalação de energia elétrica e tubulação de rede lógica

**Valor:** 13.000,00

**Fundamentação:** Art. 24, inc. II da Lei nº 8.666/93

**Responsável:** Pedro Zottis Neto – CPF: 955.456.460-00

**Vencedor:** Benedetti Soluções Corporativas

**CNPJ:** 15.425.353/0001-00

##### **Demais participantes:**

Automasul Solução Total em energia

CNPJ: 93.212.678/0001-19

Bene-Marc Comércio de Móveis LTDA

CNPJ: 04.489.409/0001-74

**Avaliação:** Regular com ressalvas

##### Nº ordem: 3

**Processo:** 0674/2015

**Objeto:** Suporte técnico com atualização de software

**Valor:** R\$ 15.976,32

**Fundamentação:** Art. 24, inc. II da Lei nº 8.666/93

**Responsável:** Pedro Zottis Neto – CPF: 955.456.460-00

**Vencedor:** Avnet Technology Solutions

**CNPJ:** 06.135.938/0001-03



**Demais participantes:**

Partnet IT, CNPJ: 03.309.015/001-24

Ascendant Business & Technology Aligned CNPJ: 06.135.938/0001-03

Ação informática, CNPJ: 81.627.838/0001-01

**Avaliação:** Regular

**Nº ordem: 4**

**Processo:** 0494/2015

**Objeto:** Cartucho de fita adesiva preto/branco 18mm

**Valor:** 12.750,00

**Fundamentação:** Art. 24, inc. II da Lei nº 8.666/93

**Responsável:** Pedro Zottis Neto – CPF: 955.456.460-00

**Vencedor:** Gomaq Soluções Inteligentes

**CNPJ:** 61.457.941/0001-43

**Demais participantes:**

SVC Laser Comercial LTDA

CNPJ: 73.091.936/0001-49

Reis Office Products Coml LTDA

CNPJ: 53.617.676/0004-38

**Avaliação:** Regular

**Nº ordem: 5**

**Processo:** 0443/2015

**Objeto:** Lâmpada Tubular Led

**Valor:** 15.040,00

**Fundamentação:** Art. 24, inc. II da Lei nº 8.666/93

**Responsável:** Pedro Zottis Neto – CPF: 955.456.460-00

**Vencedor:** 4Leds Iluminação

**CNPJ:** 14.572.545/0001-87

**Demais participantes:**

Quasar Desenvolvimento Empresarial

CNPJ: 01.851.219/0001-67

Luz e Cia

CNPJ: 04.319.757/0001-01

**Avaliação:** Regular

### 3.4.2 Dispensa eletrônica

**Nº ordem: 1**

**Processo:** 1959/2014

**Objeto:** Construção de quiosque SIM para estação Novo Hamburgo

**Valor:** 22.000,00

**Fundamentação:** Art. 24, inc. II da Lei nº 8.666/93

**Responsável:** Pedro Zottis Neto – CPF: 955.456.460-00

**Vencedor:** IVO MARCELO VIANNA

**CNPJ:** 10.014.375/0001-64

**Demais participantes:**

Somente o vencedor

**Avaliação:** Regular

### 3.4.3 Inexigibilidade

**Nº ordem: 1**

**Processo:** 0273/2015

**Objeto:** Aquisição de Vale transporte março de 2015

**Valor:** R\$ 12.172,00

**Fundamentação:** Art. 25, inciso I, da Lei nº 8.666/93

**Responsável:** Pedro Zottis Neto – CPF: 955.456.460-00

**Vencedor:** Empresas de transporte intermunicipal

PLANALTO	CNPJ: 95.592.077/0001-04
STADBUS	CNPJ: 93.273.860/0007-75
ATM	CNPJ: 97.133.060/0001-14
EMPRESA CAIENSE DE ONIBUS LTDA	CNPJ: 97.192.264/000126
COLEO	CNPJ: 10.963.280/0001-97
FATIMA	CNPJ: 97.834.709/0001-24
LOUZADA	CNPJ: 88.363.007/0001-19
VITORIA	CNPJ: 96.662.614/0001-08
UNESUL	CNPJ: 92.667.948/0001-13
VIAÇÃO MONTENEGRO	CNPJ: 91.359.281/0001-29
CITRAL	CNPJ: 97.755.607/0001-13

**Demais participantes:**

Não Houve

**Avaliação:** Regular

**Nº ordem: 2**

**Processo:** 0008/2015

**Objeto:** Contratação de empresa especializada em serviço de publicidade legal

**Valor:** R\$ 350.000,00

**Fundamentação:** Art. 25, inciso I, da Lei nº 8.666/93

**Responsável:** Pedro Zottis Neto – CPF: 955.456.460-00

**Vencedor:** EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO S/A EBC

**CNPJ:** 91.687.04/0001-42

**Demais participantes:**

Não Houve

**Avaliação:** Regular

**Nº ordem: 3**

**Processo:** 1124/2015

**Objeto:** Aquisição de Vale transporte junho de 2015

**Valor:** R\$ 11.634,60

**Fundamentação:** Art. 25, inciso I, da Lei nº 8.666/93

**Responsável:** Pedro Zottis Neto – CPF: 955.456.460-00

**Vencedor:** Empresas de transporte intermunicipal

PLANALTO	CNPJ: 95.592.077/0001-04
STADBUS	CNPJ: 93.273.860/0007-75
ATM	CNPJ: 97.133.060/0001-14
COLEO	CNPJ: 10.963.280/0001-97
FATIMA	CNPJ: 97.834.709/0001-24

LOUZADA  
VITORIA  
UNESUL  
VIAÇÃO MONTENEGRO  
CITRAL

CNPJ: 88.363.007/0001-19  
CNPJ: 96.662.614/0001-08  
CNPJ: 92.667.948/0001-13  
CNPJ: 91.359.281/0001-29  
CNPJ: 97.755.607/0001-13

**Demais participantes:**

Não houve.

**Avaliação:** Regular

### 3.4.4 Análise da regularidade dos demais processos licitatórios, incluindo percentual examinado

#### Pregão Eletrônico

**Nº ordem: 1**

**Processo:** 1593/2014

**Objeto:** Contratação de empresa de telefonia móvel

**Valor:** 424.312,32

**Fundamentação:** Decreto 5.450/2005

**Responsável:** Pedro Zottis Neto – CPF: 955.456.460-00

**Vencedor:** Claro S/A

**CNPJ:** 40.432.544/0001-47

**Demais participantes:**

Não houve

**Avaliação:** Regular

#### Pregão Presencial

**Nº ordem: 1**

**Processo:** 1270/2014

**Objeto:** Permissão de uso de áreas a título oneroso para exploração de comércio/serviços

**Valor:** R\$ 36.000,00

**Fundamentação:** Decreto 5.450/2005

**Responsável:** Pedro Zottis Neto – CPF: 955.456.460-00

**Vencedor:** Claudio Eduardo pinto Costa – ME (lote 10)

**CNPJ:** 94.111.481/0001-56

**Demais participantes:**

Monique Iesbick de Azambuja

CNPJ: 08.482.466/0001-82

**Avaliação:** Regular

#### Pregão Eletrônico – Sistema de Registro de Preços

**Nº ordem: 1**

**Processo:** 2149/2014

**Objeto:** Aquisição de sapatas de freio.

**Valor:** R\$ 373.320,00

**Fundamentação:** Lei 8.666/93, Decreto 5.450/05, Lei Complementar 123 e Decreto 6.204/07.

**Responsável:** Pedro Zottis Neto – CPF: 955.456.460-00

**Vencedor:** Lubortec Comercial Ltda

**CNPJ:** 07.324.657/0001-53

**Demais participantes:**

Kaue Chiaravalatti Gomes – EPP

CNPJ: 20.009.931/0001-68

Adantech Ind. e Comércio de Metal Borracha e Fricca

CNPJ: 06.001.140/0001-60

Inbraterrestre Indústria e Comércio de Materiais

CNPJ: 12.887.936/0001-65

Sulatech Equipamentos e Componentes Ltda ME

CNPJ: 04.719.064/0001-06

Panmerco Comercial Ltda

CNPJ: 10.692.780/0001-31

**Avaliação:** Regular com ressalvas

**Nº ordem: 2**

**Processo:** 0019/2015

**Objeto:** Recuperação de Mancais

**Valor:** R\$ 263.550,00

**Fundamentação:** Decreto nº 3.931/2001

**Responsável:** Pedro Zottis Neto – CPF: 955.456.460-00

**Vencedor:** CMBA Industria Mecanica Ltda

**CNPJ:** 03.222.201/0001-21

**Demais participantes:**

Nilson Molina – Equipamentos Industriais – EPP

CNPJ: 20.457.489/0001-32

**Avaliação:** Regular

**Nº ordem: 3**

**Processo:** 1441/2014

**Objeto:** Dormentes

**Valor:** R\$ 1.148.000,00

**Fundamentação:** Decreto nº 3.931/2001

**Responsável:** Pedro Zottis Neto – CPF: 955.456.460-00

**Vencedor:** Serraria Mohr Ltda

**CNPJ:** 48.251.888/0001-61

**Demais participantes:**

D'A Fazenda Madeiras LTDA – ME

CNPJ: 05.473.900/0001-70

Andre de Moraes Pereira – ME

CNPJ: 05.415.453/0001-00

CBFA LTDA

CNPJ: 11.566.310/0001-94

DEEF Brasil

CNPJ: 18.940.659/0001-93

Metalurgica Real LTDA

CNPJ: 88.481.080/0001-95

Lubortec Comercial LTDA ME

CNPJ: 07.324.657/0001-53

**Avaliação:** Regular

**Nº ordem: 4**

**Processo:** 0150/2014

**Objeto:** Aquisição de Eixo Motor e Reboques

**Valor:** R\$ 595.200,00

**Fundamentação:** Decreto nº 3.931/2001

**Responsável:** Pedro Zottis Neto – CPF: 955.456.460-00

**Vencedor:** Açoforja Industria de Forjados S.A.**CNPJ:** 16.716.417/0001-95**Demais participantes:**

Adepal LTDA

CNPJ: 13.701.493/0001-39

Alexandre Santos Soares

CNPJ: 10.284.459/0001-18

CBFA LTDA

CNPJ: 11.566.310/0001-94

DEEF Brasil

CNPJ: 18.940.659/0001-93

Metalurgica Real LTDA

CNPJ: 88.481.080/0001-95

Conquest

CNPJ: 01.756.475/0001-75

**Avaliação:** Regular**Nº ordem: 5****Processo:** 2735/2014**Objeto:** Serviço de instalação de split**Valor:** R\$ 138.994,00**Fundamentação:** Decreto nº 7.892/2013**Responsável:** Pedro Zottis Neto – CPF: 955.456.460-00**Vencedor:** BFINGER SOLUÇÕES VISUAIS**CNPJ:** 10.014.375/0001-64**Demais participantes:**

FILIPE ATAIDES DOS SANTOS – ME

CNPJ: 16.752.920/0001-04

TOTAL REFRIGERAÇÃO

CNPJ: 19.654.707/0001-40

**Avaliação:** Regular**Nº ordem: 6****Processo:** 3244/2014**Objeto:** Aquisição de parafuso S75-L**Valor:** 140.400,00**Fundamentação:** Decreto nº 7.892/2013**Responsável:** Pedro Zottis Neto – CPF: 955.456.460-00**Vencedor:** JOAQUIM PEREIRA DAS NEVES JP NEVES**CNPJ:** 929.468.05/0001-40**Demais participantes:**

CDT INDUSTRIAL LTDA

CNPJ: 02.167.686/0001-74

FIXOPAR COM PARAFUSOS E FERRAM LTDA

CNPJ: 44.393.825/0001-99

HAJA COM DIST LTDA ME

CNPJ: 13.352.479/0001-77

INDUST METALURGICA HORIZONTE LTDA

CNPJ: 72.805.583/0001-39

MEG ELETRO INDUST E COM LTDA

CNPJ: 57.687.527/0001-53

METALFRESA IND METAL LTDA EPP

CNPJ: 04.214.187/0001-87

METALURGICA SOARES LTDA EPP

CNPJ: 02.435.007/0001-61

TECH MINING SOL MINERAÇÃO EIRELI

CNPJ: 09.522.104/0001-30

WALLNOX DO BRASIL COM MAQ E EQUI

CNPJ: 07.323.661/0001-05

**Avaliação:** Regular

## Concorrência

### Nº ordem: 1

**Processo:** 3143/2013

**Objeto:** Fornecimento de serviços de engenharia, materiais de consumo, equipamentos e demais recursos necessários à execução de manutenção preventiva, corretiva e emergencial do Sistema de abastecimento de energia elétrica da Trensurb.

**Valor:** R\$2.867.326,96

**Fundamentação:** Lei nº 8.666/93

**Responsável:** Josiane Hensel do Canto - CPF: 003.827.990-89

**Vencedor:** Power Service Manutenção Integrada Ltda

**CNPJ:** 06.242.475/0001-70

### **Demais participantes:**

Alstom Brasil Energia e transporte LTDA

CNPJ: 88.309.620/0001-58

ABB LTDA

CNPJ: 61.074.829/0011-03

**Avaliação:** Regular

## Tomada de Preços

Não houve Tomada de Preços no período analisado.

## Convite

### Nº ordem: 1

**Processo:** 0065/2015

**Objeto:** Recuperação do elevador da Voluntários da Pátria.

**Valor:** R\$ 55.661,51.

**Fundamentação:** Lei nº 8.666/93.

**Responsável:** Josiane Hensel do Canto - CPF: 003.827.990-89.

**Vencedor:** Interativa Construções Ltda.

**CNPJ:** 16.577.288/0001-00.

### **Demais participantes:**

MPoeta Construções Ltda

CNPJ: 17.344.992/0001-77

Construtec MS Construtora Ltda – EPP

CNPJ: 10.627.136/0001-80

**Avaliação:** Regular com ressalvas.

## Cartão Corporativo

Não houve compras com cartão corporativo no período analisado.



### QUADRO RESUMO

Modalidade	Processos Auditados	Processos Homologados (01/1/2015 a 30/6/2015)	%	Valor dos Processos Auditados (R\$)	Valor Homologados (01/1/2015 a 30/6/2015)	%
Dispensa	05	98	5%	63.266,32	373.490,55	17%
Dispensa Eletrônica	01	02	50%	22.000,00	23.776,40	93%
Inexigibilidade	03	11	27%	373.806,60	818.512,30	46%
Pregão Eletrônico	01	11	9%	424.312,32	2.454.552,87	17%
Pregão Presencial	01	01	100%	297.876,00	297.876,00	100%
SRP	06	45	13%	1.298.225,62	2.478.691,52	52%
Concorrência	01	03	33%	2.867.326,96	8.802.124,04	33%
Convite	01	01	100%	55.661,51	55.661,51	100%
<b>TOTAL</b>	19	172	11%	5.402.472,33	15.304.685,19	35%

### 3.5 AVALIAÇÃO DO GERENCIAMENTO DA EXECUÇÃO DE CONVÊNIOS

Os convênios em execução pela TRENSURB no ano de 2015 não são consignatários de valor, por quanto não foram objetos de análise por parte desta auditoria.

### 3.6 VERIFICAÇÃO DA CONSISTÊNCIA DA FOLHA DE PAGAMENTO E REGULARIDADE DOS PROCESSOS DE ADMISSÃO, CESSÃO, REQUISIÇÃO, CONCESSÃO DE APOSENTADORIA, REFORMA E PENSÃO

#### 3.6.1 Cálculo da Folha

Para verificação da consistência da folha de pagamento utilizamos o método de amostragem aleatória, revisando todas as rubricas referentes a proventos e descontos na ficha financeira dos empregados no período de 01/01/2015 a 31/12/2015, cotejando com os registros de ponto. Procedemos também a aplicação de testes de observância através da revisão analítica da folha de pagamento. Quanto aos exames referentes a parametrização do sistema verificamos a revisão da folha dos seguintes empregados, conforme quadro a seguir:

NOME	CARGO	SETOR
JOAO ANTONIO DOS SANTOS VIEIRA	TECNICO METROVIÁRIO	SEVIP
PAULO RICARDO LEAL MARQUES	AGENTE METROVIÁRIO	SETRA
CARLOS ANDRE COSTA DA SILVA	AGENTE METROVIÁRIO	SETRA
DIEGO PAZ SINGER	AGENTE METROVIÁRIO	SETRA
CESAR JOSE TRINTINAIA	AGENTE METROVIÁRIO	SETRA
JUSSARA LAURA CONCEIÇÃO RIBEIRO	AGENTE METROVIÁRIO	SEOPE
VALMOR BRAUN CURTINOV	SERVIÇOS GERAIS ADM	SETRA
DANILO SILVA ANTUNES	ASSISTENTE OPERACIONAL	SEOPE
CARLOS ALBERTO BARCELLOS	ASSISTENTE OPERACIONAL	SETRA
ARNO LEOPOLDO RHEINHEIMER	AGENTE METROVIÁRIO	SEOPE
JOSE IVAN ROMEIRO DA FONSECA	ASSISTENTE DE SERVIÇOS	SEVIP
JAIME BUENO DO AMRAL	TECNICO EM ELETRONICA	SESIN

Nossos exames compreenderam a análise e conferência minuciosa do cálculo dos proventos no exercício de 2015, com foco nos valores pagos a título de promoções, hora extra e adicional noturno, onde as inconsistências encontradas foram objeto de recomendações no Relatório de Auditoria 369/2015 – Folha de Pagamento de Pessoal.

### 3.6.2 Admissões

Verificamos os atos de admissões através de amostragem, estando de acordo com a legislação aplicável.

### 3.6.3 Cedências / Requisições

Verificamos a existência de um total de 10 empregados cedidos e requisitados por outros órgãos e entidades, dos quais analisamos os processos de 5 empregados que ocorreram em 2015, estando esses com atraso de reembolso, em desacordo com o Decreto n.º 4.050 de 12 de dezembro de 2001. O fato foi objeto de apontamento no Relatório de Auditoria 369/2015 – Folha de Pagamento de Pessoal, sendo que a solução está sendo providenciada pela área responsável.

### 3.6.4 Concessão de Aposentadoria, Reforma e Pensão

A TRENURB não executa nenhuma atividade de concessão de aposentadoria, reforma ou pensão.





#### 4 FATOS RELEVANTES DE NATUREZA ADMINISTRATIVA E ORGANIZACIONAL COM IMPACTO SOBRE A AUDIN

Com relação à unidade de auditoria interna, temos a informar que, no mês de maio, tivemos baixa no efetivo da assessora Ângela Beatris Pinto, transferida para a Presidência. No mês de julho tivemos a admissão da auditora Greice Santos Machado, tendo sido incluída no PAINT de 2016.

#### 5 AÇÕES DE CAPACITAÇÃO DA AUDIN

No exercício de 2015, houve a participação dos integrantes da AUDIN em cursos/treinamentos e congressos, cuja relação se encontra a seguir:

NOME	CURSO/TREINAMENTO/CONGRESSO/FÓRUM	PERÍODO	CARGA HORÁRIA
Cláudio Cesar Paim	3º Seminário de Boas Práticas de Gestão	18/11	08h
	V FORAI/RS – Fórum Regional de Auditoria Internas (CGU)	02/12	08h
Clésia Maria Novelty Vieira	Ética no Serviço Público	09/10	04h
	Implantação do Sistema Eletrônico de Informação - SEI	16/11	03h30
	3º Seminário de Boas Práticas de Gestão	18/11	08h
Fábio Bravo Pimpão	NR-10 Básico EAD SENAI	22/06 a 03/07	40h
	Seminário Anti-corrupção - AGU	27/08	8h
	Implantação do Sistema Eletrônico de Informação - SEI	16/11	03h30
	3º Seminário de Boas Práticas de Gestão	18/11	08h
	Seminário Auditoria Interna do Poder Executivo Federal	20/11	08h
	V FORAI/RS – Fórum Regional de Auditoria Internas (CGU)	02/12	08h
Eleandro Luís Karwinski	Ética no Serviço Público	09/10	04h
	Implantação do Sistema Eletrônico de Informação - SEI	16/11	03h30
	3º Seminário de Boas Práticas de Gestão	18/11	08h
	V FORAI/RS – Fórum Regional de Auditoria Internas (CGU)	02/12	08h
Greice Santos Machado	Seminário Anti-corrupção - AGU	27/08	8h
	Implantação do Sistema Eletrônico de Informação - SEI	16/11	03h30
	3º Seminário de Boas Práticas de Gestão	18/11	08h
	V FORAI/RS – Fórum Regional de Auditoria Internas (CGU)	02/12	08h

Como resultado, a participação nos referidos cursos, seminário e congresso possibilitou uma atualização dos conhecimentos, contribuindo para a formação continuada dos auditores, para questões de ordem legal e a melhoria da performance da equipe na execução dos trabalhos.



Composição do quadro de pessoal da AUDIN

EFETIVO	CARGO	FUNÇÃO
01	Agente Metroviário (Direito/Administrador)	Chefia
02	Analista Administrativo (Contador)	Auditor
01	Administrador	Auditor
01	Assistente de Serviços	Secretária
01	Estagiária	Apoio

**6 AÇÕES DE FORTALECIMENTO DA AUDIN****6.1 CAPACITAÇÃO**

Foram solicitadas ações de capacitação, nos seguintes temas: Auditoria e Controle Interno, Licitações e Compras, Regime Diferenciado de Contratação (RDC), Convênios, Contratos e Serviços Terceirizados, Recursos Humanos - Folha de Pagamento, Novo SIAFI, Gestão de Almoxarifado e Patrimônio, Nota Fiscal Eletrônica Spread Contábil, Execução Orçamentária, Contábil e Financeira, Gestão Ambiental, Auditoria Governamental, Auditoria de Seguros, Auditoria TI, Cálculo Atuarial, Seminário sobre Ética Pública, Congresso de Auditoria, Fórum Brasileiro de Controle e Administração Pública, Gestão de Risco e Compliance e Tomada de Contas Especiais.

Os temas para capacitação que planejamos para 2016 foram baseados nas necessidades apresentadas pelos auditores desta unidade. Como tivemos poucas ações de capacitação em 2015, os auditores rerepresentaram suas demandas que são inerentes às atividades de auditoria interna de uma instituição pública.

Estes cursos foram solicitados para a área de treinamento da TRENSURB através da CI AUDIN-0019/2015 e poderão sofrer alterações tendo em vista a disponibilidade orçamentária.

**6.2 REVISÃO DE NORMATIVOS INTERNOS E REDESENHO ORGANIZACIONAL**

No decorrer do ano de 2015, realizamos a atualização da Matriz de Risco elaborada pela Auditoria Interna, com a consequente readequação do Programa Geral de Auditoria Interna (PGA).

Para o ano de 2016 está prevista uma nova revisão da Matriz de Risco, com a publicação da auditoria interna, e a readequação do Programa Geral de Auditoria Interna com base nos processos da TRENSURB e na IN 24/2015.

### 6.3 DESENVOLVIMENTO/AQUISIÇÃO DE METODOLOGIA E SOFTWARES

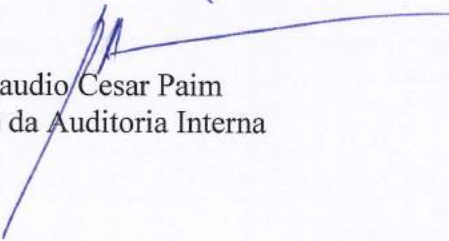
SICAU é o Sistema de Controle de Auditorias que tem por objetivo o gerenciamento e o monitoramento das auditorias realizadas internamente e de demandas externas recebidas do TCU e da CGU. As melhorias realizadas no sistema no ano de 2014, tais como os encaminhamentos de e-mail gerados diretamente do sistema para os auditores, lembrando do prazo para acompanhamento das recomendações e o encaminhamento de e-mail gerados diretamente do sistema, com o início e o fim de cada auditoria, foram objeto de acompanhamento no decorrer do ano de 2015.

Para o ano de 2016 continuaremos com o aperfeiçoamento do mesmo, pois avaliamos que conseguimos estabilizar o sistema na base notes.

### 6.4 SOFTWARES PARA AUDITORIA

Em função da indisponibilidade orçamentária não foi possível em 2015 incluirmos a aquisição de um software de apoio ao trabalho de auditoria. Para 2016, continuaremos com a solicitação para que seja adquirido módulo de auditoria para os softwares existentes.

Porto Alegre, 22 de fevereiro de 2016.



Claudio Cesar Paim  
Chefe da Auditoria Interna